

Comunicação e Saúde desde 1982

Nº 188 - MAI 2018

RADIS



MASSACRES NO CAMPO
Assassinatos de lideranças
batem recorde no Brasil

50 ANOS DO MAIO DE 68
Lutas do passado alertam
para o país de hoje

ÁGUA

UM DIREITO, NÃO UM PRIVILÉGIO

Violência doméstica e distorção na mídia

Estudos reforçam que a principal vítima é a mulher, mas imprensa destaca agressões contra homens

Elisa Batalha

O estudo "Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros", das pesquisadoras Leila Posenato Garcia, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Gabriela Drummond Marques da Silva, da Universidade de Brasília (UnB), descreveu o perfil dos atendimentos a vítimas de violência por parceiro íntimo em serviços de urgência e emergência vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e investigou diferenças entre os sexos. A cobertura jornalística da pesquisa, no entanto, deu maior destaque às agressões perpetradas contra homens — muitas delas praticadas em legítima defesa

Na coluna de Ancelmo Gois no jornal *O Globo* (17/4), a pesquisa foi noticiada com o título "Nem sempre é a mulher", ressaltando que "as mulheres são quase sempre vítimas de espancamentos (70,9%), e os homens, atingidos por objeto perfurocortante (48,7%), como tesouras. A nota apresentou o estudo informando que ele "descreveu o perfil das vítimas de violência doméstica". Leila Posenato, uma das duas autoras do artigo, avaliou a referência ao estudo como reducionista: "O Inquérito se baseia em atendimentos em serviços de urgência e emergência no SUS, não é uma pesquisa domiciliar. Não é uma pesquisa baseada em entrevistas, boletins de ocorrência ou outras fontes de informações sobre a violência doméstica, que inclusive é bastante subnotificada. Outros estudos sobre o tema mostram que, quando a mulher agride o parceiro, geralmente ela faz isso em autodefesa. Os homens aparecem sempre como os principais agressores", esclareceu a pesquisadora à *Radis*.

A pesquisa foi publicada no volume 34 dos Cadernos de Saúde Pública, em abril de 2018, e baseou-se em dados obtidos em 86 serviços de urgência e emergência de 25 capitais, em 2014. Foram incluídos todos os 506 casos de violência por parceiro íntimo, 69,9% contra o sexo feminino. "Eu mesma fiquei surpresa com a grande procura da imprensa pelos resultados dessa pesquisa. Não fizemos divulgação ativa e a procura foi maior do que a que aconteceu em publicações anteriores relacionadas ao tema", comentou a autora.

Leila considera que houve uma "distorção" na divulgação dos resultados, a que atribui três fatores. O primeiro é a falta de diálogo entre a mídia e os pesquisadores; o segundo é que há poucos profissionais de comunicação que tenham formação na área de comunicação e saúde; e o terceiro aspecto — que

ultrapassa a esfera da comunicação — é o machismo que surge quando o tema da violência doméstica é abordado. "Geralmente os jornalistas se invocam e especulam possíveis 'motivos', que seriam justificativas para a mulher ter sofrido agressões", afirma a epidemiologista, autora de outros estudos na área.

É fato que uma das informações reveladas pela pesquisa é que, mesmo a literatura evidenciando a predominância do sexo masculino entre autores e vítimas de violências, as mulheres também são autoras de violência contra parceiros íntimos, o que ocorre mais frequentemente em situação de autodefesa. "É importante que as investigações sobre violência por parceiro íntimo incluam vítimas de ambos os sexos e diferentes gêneros", reforçou Leila.

Apesar disso, a íntegra da própria pesquisa aponta que indivíduos do sexo masculino foram os responsáveis por agressões contra 97,6% das vítimas do sexo feminino — também por 11,8% praticadas contra o sexo masculino. Outros dados revelados pelo estudo demonstram que a residência foi o principal local de ocorrência das violências (69,6% no sexo feminino e 74,4% no masculino) e que o número de agressões entre parceiros homossexuais masculinos (11,8%) foi maior que entre parceiras homossexuais femininas (2,4%). "As diferenças encontradas entre os sexos possivelmente refletem padrões culturais e evidenciam a necessidade de investigar o gênero, além do sexo biológico", esclareceu Leila.

No Brasil, segundo estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 36,9% e 28,9% das mulheres residentes em áreas rurais e urbanas, respectivamente, reportaram ter sofrido violência física e/ou sexual por parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida. As pesquisadoras lembram que, no país, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) constitui uma importante conquista e um recurso fundamental para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Contudo, um estudo que comparou as taxas anuais de mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, nos períodos de cinco anos antes e depois da vigência da lei indica que não houve redução significativa. As taxas de mortalidade foram, respectivamente, 5,28 (2001-2006) e 5,22 (2007-2011) por 100 mil mulheres. 

SAIBA MAIS

Artigo "Violência por parceiro íntimo", na íntegra, publicado nos Cadernos de Saúde Pública (vol. 34 n.4): <http://bit.ly/2HyvY5i>

Resistência

Duas presenças emergem de forma transversal nesta edição. As mulheres, como sujeito de direitos subtraídos e alvo de violência e piores condições de vida. O agronegócio como fator de pressão sobre terras indígenas e de quilombolas, motivador de conflitos no campo — e assassinatos, como denuncia a Comissão Pastoral da Terra — e de impactos ambientais, ao lado de mineradoras e processos desencadeados pelo capital financeiro.

Pesquisa publicada pela revista Cadernos de Saúde Pública revelou que as mulheres representam 70% das vítimas de violência doméstica, quase sempre por espancamento. “Nem sempre é a mulher”, concluiu inteligentemente um jornal, expondo o machismo das redações, que reforça o conservadorismo e a violência na sociedade.

A mídia brasileira é controlada, dirigida e editada por uma elite econômica formada por homens brancos, confirma o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil realizado pela organização Repórteres Sem Fronteiras e pelo coletivo Intervozes. A pesquisa constatou que metade dos 50 maiores meios de comunicação no Brasil pertencem a apenas cinco grupos, de caráter familiar. Além do oligopólio inconstitucional, há veículos controlados por políticos, o que também é ilegal.

A pesquisa revelou ainda que os grupos empresariais de mídia possuem negócios no mercado financeiro, imobiliário, agronegócio e saúde. Faz sentido quando se vê de que lado a mídia está nas questões que afrontam os interesses da população, como as recentes articulações de planos e seguradoras de saúde com os governos para destruir o SUS ou reduzi-lo a instrumento de transferência dos fundos públicos para a iniciativa privada.

Nossa matéria de capa traz um desses temas que evidenciam um direito humano essencial às populações de todo o mundo em contraposição com a mercantilização, a ganância e a insensibilidade das grandes corporações e dos governos que se estruturam para servi-las. A questão da água foi debatida com estas duas perspectivas simultaneamente em dois encontros internacionais

acompanhados pela reportagem de *Radis* em Brasília. No Fórum Mundial da Água, a ênfase na ideia de escassez e necessidade de gerir o recurso, os negócios e as tecnologias. No Fórum Alternativo Mundial da Água, críticas à desigualdade no acesso a um bem público e à exclusão do uso humano em favor do controle e uso privado e desproporcional das reservas no planeta. Água é democracia e a sua apropriação como mercadoria um crime, afirmavam.

Agronegócio, mineração e grandes empresas transnacionais disputando a comercialização da água ou a privatização dos serviços de saneamento foram alvo das principais críticas, assim como a ameaça aos grandes aquíferos do país. Repercutiram muito duas manifestações de resistência. As ruas de Correntina foram tomadas por um grande protesto contra o agronegócio, que utiliza 30 vezes mais água que a população e secou os mananciais que abastecem a cidade do oeste baiano. No Sul de Minas Gerais, mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam a fábrica de água mineral da Nestlé, em São Lourenço, para protestar contra a exploração das reservas hidrominerais que afetou a disponibilidade de água no município.

Há 50 anos, jovens estudantes e operários sacudiram estruturas conservadoras e injustas em todo o mundo, levantando, em cada país, diferentes bandeiras e adotando estratégias diversas em movimentos que defendiam ideais de liberdade e igualdade. Nesta edição, trazemos um belo resgate histórico e o depoimento pessoal de quem viveu sob a emoção daqueles dias apaixonantes de luta contra as velhas ideias em Paris e Roma, pelos direitos civis e igualdade racial e sexual nas cidades norte-americanas, contra a ditadura brutal no Brasil. Em tempos de corrosão social pelo fascismo, aprofundamento de desigualdades e negação de direitos, a resistência democrática tem no espírito de 1968 uma possibilidade de inspiração e aprendizado histórico.

Rogério Lannes Rocha

Editor-chefe e coordenador do Programa Radis

Expressões e Experiências

- Violência doméstica e distorção na mídia 2

Editorial

- Resistência 3

Voz do leitor

- 4

Súmula

- 5

Toques da Redação

- 9

Entrevista | Ruben Siqueira CPT

- Estado desvaloriza quem está na terra 10



Capa | Água

- Fonte de disputa 12
- A luta em defesa do direito 18
- Água é democracia 21

Especial

- 68 22

Direito à comunicação

- Quem controla a mídia? 28

Defesa do SUS

- Nova roupagem, velhos interesses 32

Serviço

- 34

Pós-Tudo

- A liberdade é terapêutica 35

Capa: Foto de Ky Chung (Unicef) em Korocho, na Costa do Marfim.

CARTUM



ALEXANDRE BECK

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN





Doença falciforme

Gostaria de parabenizar a equipe da *Radis* pela matéria que aborda a anemia falciforme (*Radis* 186) e os impactos à vida do portador. O texto revela a doença que retrata uma profunda desigualdade social pela falta de conhecimento amplo a seu respeito. Eu acredito que isso ocorre porque a doença está ligada a nossos ancestrais africanos, que aqui foram covardemente escravizados, o que a transformou em um estigma da população negra, refletindo-se em um intenso preconceito na atenção à saúde dos portadores, como se não fossem merecedores de uma assistência de qualidade, aos olhos do governo. Eu me sensibilizei com a matéria, pois tenho pessoas em minha família não só com a doença falcêmica, mas também com outras alterações hematológicas. Sou descendente

de escravos africanos, residentes à sua época no estado da Bahia, onde viveram com os agravos relacionados a tais doenças. Faço votos que essa matéria renda frutos e tenha a utilidade de abrir os horizontes e melhorar a vida daqueles que vivem o estigma, o preconceito e a falta de informações dos órgãos competentes, fazendo-os buscar seus direitos por uma melhor assistência, que deve ser garantida por políticas públicas. Por isso deixo aqui o meu sincero muito obrigado, não deixando de agradecer especialmente ao leitor João Paulo Alves, que sugeriu a importantíssima matéria.

• Joyce Vasconcellos, Nova Iguaçu, RJ

R: *Joyce, muito obrigado por sua leitura e por suas palavras. Esperamos que nosso trabalho possa diminuir as desigualdades e iniquidades no acesso à saúde.*

Radis agradece

Estou muito feliz com a confirmação da assinatura da revista *Radis*. Ela está me ajudando muito nos vestibulares e cursos, com suas matérias atuais e linguagem acessível. Muito obrigado por tudo.

• Leandro Godoy de Sousa, Campestre de Goiás, GO

Escutei falar muito bem da *Radis*, fiz minha assinatura, andei lendo umas revistas, e fiquei apaixonado! Agora eu sou muito fã de vocês! Obrigado!

• Davy Rocha Arêdes, São João do Oriente, MG

Radis sempre à frente! A matéria de Julho de 2017 (*Radis* 178) sobre a PREP foi excelente!

• Marina Haas, Rio de Janeiro, RJ

Feliz e agradecida com a matéria "Autonomia para a vida" (*Radis* 186). Em tempos de luta por (e/ou) manutenção de direitos é muito importante mostrar o trabalho que faz a Terapia

Ocupacional. Parabéns!

• Maria Pinheiro, São Carlos, SP

Informação é básica

Diante de um cenário nacional de extremos políticos, de mídias hegemônicas e insensatez social, ter acesso à qualidade de um pensamento contra-hegemônico, por meio da *Radis*, é um privilégio. Fico imensamente grato em ter acesso a materiais em que posso confiar. Em especial parablenizo a edição de dezembro de 2017 que versa sobre as mudanças na Política Nacional da Atenção Básica (*Radis* 183). Diante de múltiplos discursos frente a esta importante política, a *Radis* mostra o compromisso em abordar o tema de forma dialética, ao exibir argumentos dos apoiadores e opositores da reformulação da política. Obrigado por prestigiar a sociedade brasileira com qualidade nas informações.

• Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira, Goiânia, GO

R: *Obrigado, Kleiton, conte com o nosso compromisso em defender a saúde como direito de todos!*

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Nísia Trindade Lima**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis
Rogério Lannes Rocha

Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Adriano De Lavor**
Reportagem **Bruno Dominguez** (subedição),
Elisa Batalha, **Liseane Morosini**, **Luiz Felipe Stevanim** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira** e **Eduardo de Oliveira** (Fotografia)

Administração **Fábio Lucas** e **Natalia Calzavara**
Estágio supervisionado **Ana Luiza Santos da Silva**

Apoio TI Ensp **Fabio Souto** (mala direta)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro) **Periodicidade mensal**
Tiragem **112.500** exemplares
Impressão **Rotaplán**

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas)
Tel. (21) 3882-9118
E-mail radis@ensp.fiocruz.br
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
www.fiocruz.br/ouvidoria

 www.ensp.fiocruz.br/radis

 [/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

 [/RadisComunicacaoeSaude](https://www.flickr.com/photos/radiscomunicacaoeSaude/)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.



Extrema pobreza aumenta no Brasil

Os índices de pobreza e desigualdade no Brasil pioraram, segundo levantamento divulgado pelo IBGE (11/4), a partir dos microdados da Pnad Contínua. O número de pessoas em situação de extrema pobreza no país passou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões no ano passado, um aumento de 11,2%. Reportagem no *Valor Econômico* (12/4) destacou o fato de que todas as regiões exibiram indicadores piores de pobreza, com o Nordeste concentrando 55% da população extremamente pobre — o equivalente a 8,1 milhões de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 136. Segundo a pesquisa, um contingente 10,8% maior do que o registrado no ano anterior (ou 800 mil pessoas a mais). Mas a miséria também cresceu na região mais rica, o Sudeste, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao analisar os dados da pesquisa, o economista Cosmo Donato disse ao *Valor* (12/4) que um dos fatores responsáveis pelos índices ruins foi o fechamento de postos com carteira assinada, que têm garantias trabalhistas e pisos salariais. “No lugar desse emprego, o mercado de trabalho gerou ocupações informais, de baixa remuneração e ganho instável ao longo do tempo”, avaliou. Em análise publicada no *Jornal do Brasil* (23/4), Francisco Menezes, economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), também apontou o desemprego como a principal causa do acelerado empobrecimento, acrescentando que, para a população pobre e com menor escolaridade, a situação de desocupação se mostrou ainda mais grave.

“A menor atividade da construção civil e de outros segmentos empregadores deste setor cobrou um preço alto para este grupo, seja diretamente com a perda de postos de trabalho, seja pelo subsequente enfraquecimento da economia informal, que

eles costumam protagonizar”, escreveu. “Soma-se a isso a aplicação de um receituário de políticas públicas que teve na Reforma Trabalhista aprovada em 2017 e na legislação da terceirização os principais instrumentos para o crescimento da informalidade e a precarização das condições de renda e trabalho”.

A pesquisa divulgou ainda que os domicílios que recebem Bolsa Família caíram de 14,3% em 2016 para 13,7% do total no ano passado. Na edição de março de *Radis* (186), o diretor geral da FAO-ONU, José Graziano, se mostrava apreensivo com o aumento da extrema pobreza e a possibilidade de o Brasil voltar ao Mapa da Fome. Para ele, em um cenário de crise econômica e em condições adversas com o aumento dos índices de desemprego, por exemplo, torna-se essencial a manutenção dos investimentos sociais. “O que se noticia, porém, são cortes nos orçamentos dos programas e redes de proteção sociais no Brasil”, disse na ocasião.

Segundo a leitura de Francisco Menezes publicada no *Jornal do Brasil*, o cenário preocupante revelado pela pesquisa traz de volta a discussão sobre a Emenda Constitucional 95, que criou o teto dos gastos públicos por 20 anos e, de acordo com Menezes, já causa efeitos “absolutamente danosos” aos programas sociais que sofreram reduções orçamentárias significativas. “O investimento em serviços básicos é fundamental para garantir uma vida digna para a população,

que é exatamente o que o congelamento dos gastos do governo impede”, diz. Para ele, esse congelamento aprofunda as outras faces da pobreza e da desigualdade, aquelas que vão além da renda e que dizem respeito à negação do acesso a serviços básicos, como saúde, educação e assistência social. “O argumento do controle dos gastos públicos não autoriza a retirada de direitos sociais, como agora está acontecendo”.

R\$ 47
É a renda média dos trabalhadores mais pobres no Brasil, segundo o IBGE.
Em 2016, o rendimento médio mensal per capita era de **R\$ 76**.

Paul Singer e a economia solidária

“**A** semente da economia solidária foi plantada nos anos 80 por uma ação extremamente adequada, e no momento certo, da Cáritas. Alguns anos depois, o esforço da Cáritas foi secundado pelos sindicatos e pelas universidades. A essa altura eu já estava envolvido (...) Era preciso fazer alguma coisa direta contra o desemprego. Como a campanha do Betinho avançou bem, tomamos a decisão de nos reunirmos nos anos 1990 para lutar diretamente contra o desemprego, fomentando a economia solidária, que ainda não tinha esse nome (...) Esse foi o passo decisivo para a criação das incubadoras e cooperativas populares. A origem dessa primeira incubadora vem da situação trágica dos trabalhadores daquelas favelas que ficam ao redor do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz). E junto ao Instituto Oswaldo Cruz existe a Faculdade Nacional de Saúde Pública. Basicamente, as pessoas nas favelas viviam do tráfico e das lutas contra os traficantes... As balas passaram a voar e atingir os prédios da faculdade. Chegaram a cogitar de tirar o Oswaldo do Cruz de lá, mas os próprios professores tomaram a iniciativa maravilhosa: ‘Vamos pensar um pouco antes de fazer essa transferência’. Eles foram às favelas ver o que estava acontecendo e descobriram que 80% dos favelados, dos chefes de família, não tinham trabalho. Uma situação desesperadora e o tráfico era a única alternativa que lhes

restava. Os professores se reuniram e discutiram então o que fazer. O fato é que eles acharam que cooperativa seria a solução. Então entraram em contato com os vizinhos e sugeriram que formassem uma cooperativa de trabalho na própria instituição. E até hoje, eu acho, é assim. Os homens passaram a ter uma atividade e as mulheres também, em função daquele acordo”.

Do economista e sociólogo Paul Singer, que morreu aos 86 anos (16/4), sobre o surgimento da Economia Solidária no Brasil. O movimento incentiva iniciativas econômicas de trabalhadores baseadas na autogestão e tornou-se modelo de inclusão social e uma alternativa para enfrentar a fome, o desemprego e a miséria. Em entrevista à Carta Capital, publicada em dezembro de 2014





Penalidades mais duras combatem violência contra a mulher

O Senado aprovou em março (7/3), na mesma sessão, três medidas que ampliam os direitos das mulheres e buscam combater a violência contra elas. Duas matérias já tinham sido apreciadas pelos deputados e seguem agora para sanção presidencial. A primeira é a que torna crime o descumprimento de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Ao defender o projeto que tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas, a relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirmou que, hoje em dia, não há punição para os homens que violam a proibição judicial de se aproximar das mulheres nos casos de violência doméstica e familiar. Caso seja sancionada pelo presidente Michel Temer, a norma vai prever pena de três meses a dois anos para o crime.

Para a senadora, penalidades mais duras podem contribuir para reduzir esse tipo de crime. “Lamentavelmente, não são poucos os agressores que descumprem medidas protetivas, voltam a agredir as suas companheiras, e nenhuma penalidade maior sofrem por parte da legislação brasileira”, afirmou Vanessa em matéria publicada na Agência Brasil (7/3).

Discurso de ódio será investigado pela Polícia Federal

Outro projeto aprovado no Senado obriga a Polícia Federal a investigar conteúdos misóginos (que expressam repulsa ou aversão às mulheres) publicados na internet. Proposta pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), a matéria segue agora para sanção presidencial. Ela inclui na legislação de crimes interestaduais ou internacionais a prerrogativa da PF para apurar infrações relacionadas ao tema. Ao propor o projeto, Luizianne argumentou que as polícias estaduais não têm condições materiais para coibir e investigar crimes cometidos na internet.

“Acreditamos, sinceramente, que essa alteração legislativa contribuirá para que não surjam mais casos como o ocorrido com a doutora Lola Aronovich, professora universitária e blogueira feminista, que teve a página de seu blog clonado em passado recente. No lugar de mensagens em defesa dos direitos da mulher, os criminosos criaram páginas falsas e estamparam postagens preconceituosas, misóginas (ódio às mulheres) e misândricas (ódio aos homens). Como consequência dos ataques cibernéticos, Lola Aronovich foi perseguida, física e virtualmente, sem que a polícia local conseguisse, efetivamente, encontrar os responsáveis por esses atos”, disse a deputada à Agência Brasil (7/3).

Expor intimidade sexual será crime

Um projeto que visa combater a exposição pública da intimidade sexual das mulheres — a chamada vingança pornográfica — espera aprovação na Câmara para que vire lei. Relatado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi aprovado de modo simbólico por unanimidade dos senadores na sessão do dia 7 de março. O objetivo da proposta é reconhecer que a violação da intimidade da mulher consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar.

Segundo a matéria, estão sujeitas à reclusão de dois a quatro anos as pessoas que oferecerem, trocarem, distribuírem ou exibirem, por qualquer meio audiovisual, conteúdos com cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo sem a autorização dos participantes. “A principal vítima da ‘vingança pornográfica’ é a mulher, e os responsáveis por esse tipo de conduta, na maioria das vezes, são os ex-cônjuges, ex-parceiros e até ex-namorados das vítimas”, disse Gleisi. O projeto também estipula penas para o registro não autorizado da intimidade sexual das mulheres. De acordo com Gleisi, a violência “absurda e covarde” cometida por ex-companheiros gera consequências para as mulheres como a perda de emprego e das relações sociais. A matéria é originária da Câmara, mas, como foi alterada durante a tramitação no Senado, segue novamente para análise dos deputados.

Prioridade para vítimas no SUS

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou ainda o Projeto de Lei 2.362/15, que garante prioridade de atendimento no SUS para a cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência doméstica. O acesso à cirurgia reparadora já era previsto em lei anterior, a 13.239/25. O que muda a prioridade no atendimento, que deve considerar a gravidade do quadro clínico, conforme noticiou a Radioagência Nacional (12/4). O próximo passo da tramitação da proposta é a análise pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acampamento Terra Livre: direitos e resistência

A luta pela demarcação de terras e pela garantia de direitos, como educação e saúde, foram as reivindicações principais das mais de 100 etnias indígenas reunidas no Acampamento Terra Livre (ATL), a maior mobilização nacional dos povos originários, que acontece há 15 anos em Brasília, no mês de abril. Com o tema “Unificar as lutas em defesa do Brasil Indígena — Pela garantia dos direitos originários dos nossos povos”, o encontro, ocorrido entre 23 e 27 de abril, faz parte da Semana de Mobilização Nacional Indígena (MNI).

Segundo o site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 24/4, o acampamento reafirma a resistência indígena a favor das demarcações de terras e contra a criminalização de lideranças. Na área de saúde indígena, os participantes alertam que a precarização da saúde é “uma das faces mais duras” da retirada de direitos que esses povos enfrentam no contexto atual, como ainda afirma o Cimi. De acordo com a mesma notícia, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) não consegue transformar seu orçamento de R\$ 1,6 bilhão em melhorias concretas para essas populações. Entre as reivindicações dos índios, estão a contratação de mais agentes indígenas de saúde, a ampliação de cursos de capacitação, a melhoria na rede de atenção (básica e alta complexidade) e a integração com a medicina tradicional desses povos.

Uma semana após o Dia do Índio (19/4), quando o movimento conseguiu uma vitória, com a assinatura da homologação da Terra Indígena Baía dos Guató, em Mato Grosso, a primeira demarcação de terras aprovada pelo atual governo, os povos reunidos em Brasília receberam a notícia da nomeação do novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) por Michel Temer, o empresário e pregoeiro



MARCELO CAMARGO/BR

Wallace Moreira Bastos, indicado pelo Partido Social Cristão (PSC), com aprovação da bancada ruralista. De acordo com o site do Cimi (24/4), Bastos não possui nenhuma experiência com a questão indígena. Ele ocupou o cargo de subsecretário de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes e foi sócio de redes de alimentação como Giraffas, Casa do Pão de Queijo e Montana Grill. Ainda segundo o Cimi, a saída do presidente anterior, o militar Franklimberg Ribeiro, também indicado pelo PSC — partido da base de Temer —, foi pedida pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), que afirmou que ele “não atendia o setor”.

Lideranças indígenas lotaram a audiência pública na Comissão de Direitos

Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para denunciar o descaso do governo com a demarcação de terras, como noticiou a Agência Câmara (24/4). Um levantamento do Cimi com dados de 2016 mostra que dos 1.296 processos de regularização de terras indígenas, 64% ainda não foram concluídos. Os temas da participação política e dos direitos das mulheres indígenas também foram debatidos na tenda principal do ATL, como noticiou o site do Instituto Socioambiental (ISA), em 24/4. As participantes do debate ressaltaram a importância da candidatura da líder Sônia Guajajara a vice-presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a primeira mulher indígena a concorrer a este cargo.

Comissão do Senado aprova fim do selo para transgênicos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado aprovou (17/4) o fim de selo de identificação de produtos com transgênicos. O texto do Projeto de Lei Complementar 34/2015 determina a retirada do triângulo amarelo com a letra “T”, que atualmente deve ser colocado nas embalagens dos alimentos transgênicos. Para o relator Cidinho Santos (PR/MT), a simbologia utilizada no Brasil pode ser mal interpretada, tanto por consumidores quanto por setores importadores. “A despeito dos alimentos transgênicos serem uma realidade há mais de 15 anos no mundo, ainda não há registros de que sua ingestão cause danos diretos à saúde humana. Não existe um registro sequer”, afirmou o relator na CMA.

A opinião do senador é questionada por especialistas. Para o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a aprovação do PLC 34/2015 “representa um grave retrocesso e uma afronta aos direitos dos consumidores”, já que além de retirar o “T” dos rótulos, desobriga os produtores a informar a existência de transgênicos caso a presença dos organismos seja inferior a 1% da composição total da mercadoria. O instituto também aponta potenciais riscos do consumo desses produtos para a saúde, como aumento das alergias e da resistência aos antibióticos, crescimento de substâncias tóxicas, maior quantidade de resíduos de agrotóxicos e demais riscos para o meio ambiente.



Fiocruz produz medicamentos para hepatite e HIV

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) anunciou que vai fabricar produtos de primeira linha contra HIV/Aids, hepatite C e para evitar rejeição de órgãos transplantados, estratégicos para o Sistema Único de Saúde (27/3). Assim, estima-se uma economia de cerca de 60% para o Ministério da Saúde em relação aos valores praticados atualmente.

Um dos medicamentos mais aguardados é o sofosbuvir, principal produto contra a hepatite C, capaz de curar o paciente sem a necessidade de transplante de fígado. O alto preço vinha restringindo o acesso: o custo da terapia por paciente (84 dias), que hoje é de 7,5 mil dólares, já chegou ao patamar de 84 mil dólares; com a produção por Farmanguinhos, não chegará a 3 mil dólares a partir do segundo semestre de 2018.

“Economia ao Ministério da Saúde significa ampliar o acesso ao medicamento. Além disso, a fabricação desses produtos por Farmanguinhos significa a garantia do abastecimento do SUS e, conseqüentemente, do tratamento dos pacientes”, afirmou o diretor do Instituto, Jorge Souza Mendonça, à Agência Fiocruz.

Outro importante medicamento a ser fabricado é o antirretroviral composto Emtricitabina e Tenofovir, mais conhecido como Truvada, usado na Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP). O Brasil começou a distribuir em janeiro esse esquema de prevenção que funciona como uma “barreira” contra o vírus HIV. O país foi o primeiro da América Latina a oferecer esse novo método em um sistema público de saúde. Recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 2012, a PrEP é vendida na rede privada nos Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Escócia e Peru. Na França e na África do Sul, está disponível na rede pública.

Ainda estão na lista de novos produtos dois antivirais para Hepatite C (simeprevir e daclastavir) e o imunossupressor everolimo, usado para evitar rejeição de órgãos transplantados. A novidade é fruto de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Brasileiros defendem ensino de humanidades

O que há por trás da proposta de extinção dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Artes e Artes Cênicas das universidades públicas? “O objetivo declarado da proposta é favorecer o ensino privado”, defendeu Carlos Drummond, na coluna que assina no site da Carta Capital (8/4), em que explicou que o objetivo da “ideia legislativa” é transferir para faculdades particulares o ensino destes cursos, deixando de formar professores e pesquisadores nas universidades públicas e gratuitas. Para que seja debatida na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (e eventualmente vire um projeto de lei), qualquer “ideia legislativa” tem que receber até 20 mil apoios. No caso desta proposta, ela teria que somar estes apoios até 7 de junho. Até o dia 25 de abril, contava com 6.925.

Em contraposição, outra ideia legislativa também está no ar, propondo a continuidade dos cursos nas universidades públicas, alegando que sua extinção significaria obrigatoriamente o pagamento pelo ensino, sem levar em consideração que grande parte da população brasileira é de baixa renda e não teria recursos para isso. “O país precisa de mais acesso igualitário à educação em todos os níveis de ensino”, defendem seus criadores. Esta segunda proposta, cuja votação se encerra no dia 14 de julho, já contava com 53 mil apoios, em 25 de abril.

Anestesia do bem

Edgar Souza, Kaique Guerra e Eduardo Fernandes, estudantes da Faculdade de Odontologia da UFRJ, criaram aplicativo de celular para melhorar a qualidade de anestésias odontológicas. O dispositivo, batizado de “anestesia do bem”, foi apresentado na 27ª Jornada Acadêmica da Faculdade de Odontologia (Jafo) e indica, em poucos segundos, a dosagem exata que deve ser aplicada em cada paciente, substituindo um cálculo que normalmente é feito à mão (ou usada uma dosagem padrão). Segundo os desenvolvedores, o projeto irá garantir maior segurança para os pacientes, já que permite a escolha da substância e da dose a partir de informações como idade e peso e fatores como hipertensão e gravidez. 

RADIS ADVERTE

→ A VACINA CONTRA A GRIPE PODE REDUZIR PELA **METADE** OS CASOS DE INFLUENZA, EM ATÉ **45%** O NÚMERO DE HOSPITALIZAÇÕES, E DIMINUIR EM ATÉ **75%** A MORTALIDADE.

→ **DEVEM SE VACINAR ATÉ 01 DE JUNHO**

- PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS
- DOENTES CRÔNICOS
- GESTANTES E MÃES NO PÓS-PARTO

- CRIANÇAS MAIORES DE SEIS MESES E MENORES DE 5 ANOS

- ALÉM DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE, INDÍGENAS E PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE.

→ Saiba mais em <https://goo.gl/V42eGi>

Obstáculo superado

A Justiça determinou que o condomínio Parque Itália, em Juiz de Fora (MG), deve indenizar em R\$ 46 mil a funcionária pública Ana Tereza Baêta Camponizzi por ter proibido os funcionários de ajudá-la a subir uma rampa íngreme que liga a garagem aos elevadores do prédio. A sentença considerou que o condomínio “violou o princípio da dignidade da pessoa humana” e determinou a instalação de uma plataforma elevatória para que cadeirantes, como Ana, possam acessar os elevadores de forma independente. “Fui vítima de preconceito, por terem ferido o princípio da igualdade: tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais. Fui vítima de ignorância, por afastarem o princípio da dignidade da pessoa humana, e de desconhecimento, em menor intensidade, pois a questão envolvendo direitos é, hoje em dia, amplamente divulgada”, declarou Ana ao jornal *Folha de S.Paulo* (10/4).

A febre ainda é notícia

A partir da 2ª Oficina sobre febre amarela oferecida pela Fiocruz a jornalistas, no campus da fundação, no Rio de Janeiro (1º/3), muito material se produziu na imprensa sobre a doença, inclusive na *Radis* 187. O conteúdo da oficina, no entanto, continua disponível na íntegra no canal da Fiocruz no YouTube. Acesse <https://youtu.be/4jhWrOVCV4Y>

Negação do passado

Discurso do presidente da RTVE Corporation (Rede de TV espanhola), José Antonio Sánchez, causou indignação na América Latina. O executivo defendeu, quando firmava contrato com emissoras latinas, que a Espanha “nunca foi colonizadora, foi evangelizadora e civilizadora”, negando o extermínio de populações nativas por colonizadores espanhóis, a quem elogiou o “avançado nível cultural”. Para arrematar a negação dos reconhecidos danos causados pela invasão espanhola nas Américas, Sanchez fez uma comparação infeliz. “Lamentar a morte do império asteca é mais ou menos como sentir pena da derrota dos nazistas na Segunda Guerra Mundial. A cultura asteca era um totalitarismo sangrento fundado no sacrifício humano”, declarou.



ARQUIVO DE FAMÍLIA

Dona do samba e da saúde

A simpática senhora que aparece rodeada de médicos, no hospital Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, também era uma conhecida sambista, reverenciada em todo país, e que faleceu no dia 17 de abril. Enfermeira e assistente social, especialista em Terapia Ocupacional, Dona Ivone Lara trabalhou ao lado de Nise da Silveira, e percorreu municípios do Rio e estados vizinhos em busca de mães, pais, avós e tios que haviam abandonado seus familiares no hospital, acreditando que não havia mais nada a ser feito por eles. Além disso, também levou música para aquelas pessoas dadas como perdidas. “A doutora Nise inovou introduzindo a terapia ocupacional. O doente ficava à vontade, não tinha quarto forte, choque. Ela modificou o tratamento e o doente melhorava bem. A doutora Nise descobriu doentes que eram músicos, escritores, pintores e viviam naquela catatonia. Voltaram a produzir e muitos se curaram”, contou a sambista em depoimento registrado no livro “Nise da Silveira – Caminhos de uma psiquiatra rebelde” (Editora Automática), de Luiz Carlos Mello.

Femicídio na vitrine

Falta de noção ou de limite? A maquiadora Tamires Frazão denunciou nas redes sociais, uma loja, no mercado São Brás, no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, que vendia um enfeite para bolo de casamento que mostrava uma noiva decapitada, sendo segurada por um noivo que porta uma faca. “Essa é a nossa realidade, onde celebram o feminicídio vendendo topos de bolo de casamento como esse, como se fosse natural e até engraçado. Enquanto isso outras Andrezas são esfaqueadas, agredidas e mortas”, criticou Tamires, referindo-se ao caso da vendedora Andreza da Silva dos Santos, que naquele mesmo dia (12/4) foi esfaqueada 30 vezes pelo companheiro, em um shopping da mesma cidade. 



REPRODUÇÃO: FACEBOOK

Aldo Aparecido Carline

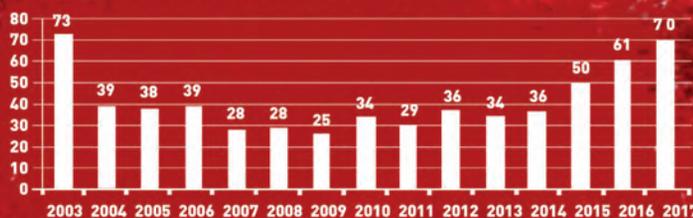
RUBEN SIQUEIRA

Valmir do Nascimento

Fernando de Sá

ESTADO DESVALORIZA QUEM ESTÁ NA TERRA

Assassinatos 2003-2017



FONTE: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO - CPT ■ ASSASSINATOS

Bruno Dominguez

Em 2017, 70 trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, posseiros, pescadores, assentados, entre outros, foram assassinados em conflitos no

campo — o maior número desde 2003 (73). O dado é da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que desde 1975 registra os conflitos que envolvem os trabalhadores do campo e denuncia a violência por eles sofrida. Entre 2004 e 2014, eram por volta de 30 mortes ao ano [veja na tabela]. A partir de 2015, houve um crescimento brusco, passando para 50 (2015), 61 (2016) e 70 (2017). O Pará lidera o ranking macabro, com 21 assassinatos, sendo 10 apenas no Massacre de Pau D'Arco — em 24 de maio de 2017, uma operação policial terminou na morte de 10 camponeses que ocuparam a Fazenda Santa Lúcia no dia anterior. Bahia, Mato Grosso e Rondônia também tiveram massacres [quando três ou mais pessoas são mortas na mesma ocasião].

“As mudanças de governo no Brasil e o processo de desconstitucionalização levam ao uso de mais violência, a mais pressão sobre quem está na terra”, avalia Ruben Siqueira, um dos coordenadores da CPT. O relatório completo “Conflitos no Campo Brasil” não foi divulgado na data costumeira, a semana do 17 de abril [Dia Internacional de Luta Camponesa, em memória aos trabalhadores rurais sem-terra assassinados na Curva do S, em Eldorado dos Carajás, Pará, em 1996], pois a Secretaria Nacional da CPT, situada em Goiânia (GO), sofreu seguidos ataques hackers, direcionados a setores estratégicos, que forçaram a limitação do funcionamento de seus servidores. A previsão é de que até junho outros dados sobre violência no campo estejam disponíveis.

O número de assassinatos em conflitos no campo se manteve estável entre 2004 e 2014. Em 2015, porém, houve um pico e, em 2017, chegou-se a um recorde. A que se deve esse aumento recente?

Tem a ver com o que chamamos de “mercadorização da terra”, a visão da terra como uma ativo econômico importante. Depois da crise do capital financeiro, passou a haver uma procura desesperada por terras e por qualquer base real de geração de valor que sustente a banca do capital financeiro. Interpretamos que as mudanças de governo no Brasil e o processo de desconstitucionalização

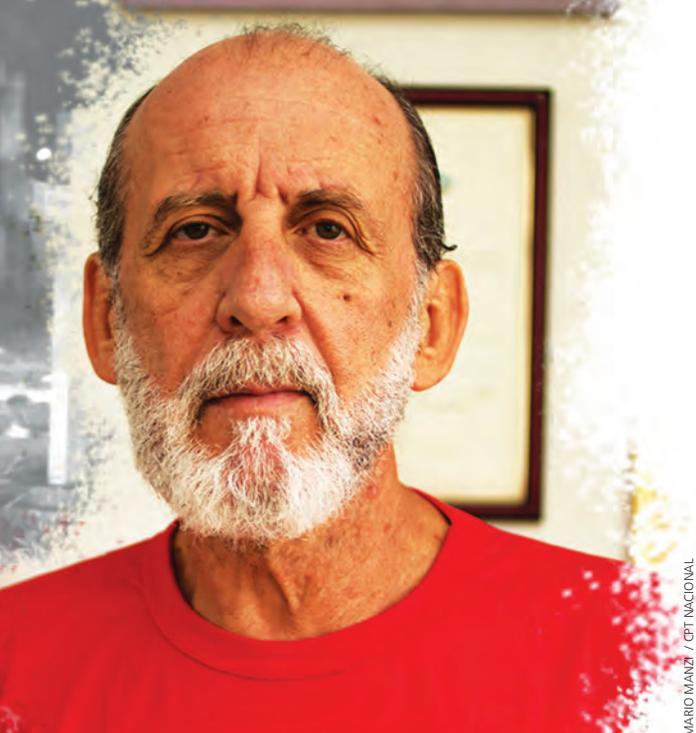
têm a ver com a imposição do negócio da terra. Na ponta, isso leva ao uso de mais violência, a mais pressão sobre quem está na terra. O povo da terra fica se equilibrando em corda bamba enquanto o negócio da terra vai avançando.

O que seria esse processo de desconstitucionalização?

Houve o emperramento da Reforma Agrária e do reconhecimento de terras indígenas e quilombolas, a desregulação do licenciamento ambiental; a legislação sobre comunidades tradicionais avançou muito pouco. Um exemplo: o Decreto 4.887 foi editado em 2003 pelo ex-presidente Lula para regulamentar o processo de identificação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. O partido Democratas (DEM) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal em 2004, pedindo a revogação, por considerar que só deveriam ser tituladas terras que já estivessem em posse de indígenas e quilombolas na época da Constituição de 1988. O processo ficou parado até 2012, quando então foi iniciado o julgamento. Somente em fevereiro de 2018, o Supremo declarou a validade do decreto, garantindo a titulação das terras. Foi uma vitória, mas não adianta garantir uma lei que na prática não vai ser implantada por esse governo ilegítimo, mancomunado com o pior parlamento da história e com um Supremo que age em acordo. A Fundação Palmares titula as terras, mas a parte mais difícil, a desintrusão [etapa final do processo de demarcação de uma terra, medida legal tomada para concretizar a posse efetiva a um povo, por meio da retirada de eventuais outros ocupantes], não acontece porque seriam mais terras fora do mercado, fora do alcance de mineradoras ou empresas de geração de energia eólica.

Como isso se reflete na violência no campo?

As comunidades tradicionais são entraves para o capital financeiro, e um dos recursos para impedir seus direitos é a violência, especialmente aquela direcionada às lideranças. Em 14 de abril, o líder quilombola Nazildo dos Santos Brito [de 33 anos, da comunidade de Quilombo Turê III, na divisa dos municípios de



MARIO MANZI / CPT NACIONAL

Tomé-Açu e Acará, no nordeste do Pará], foi encontrado morto. [De acordo com a polícia, não foi levado nenhum pertence da vítima, o que reforça a tese de execução]. Trata-se de uma violência “pedagógica”, com extirpação sumária de quem se coloca como obstáculo. A violência visa a cabeça e desmantela a resistência. Nazildo estava no programa de proteção a testemunhas, mas o Estado não cuidou de sua segurança.

Além da execução de lideranças, o relatório denuncia ainda quatro massacres.

Houve casos nos estados da Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Em 16 de julho de 2017, foi assassinado com 10 tiros na cabeça Lindomar Fernandes Martins, liderança de Iúna [no município de Lençóis, na região da Chapada Diamantina, na Bahia, comunidade em processo de reconhecimento e regularização como remanescente de quilombo], uma pessoa muito amada por todos. Menos de um mês depois [em 6 de agosto de 2017], mais seis quilombolas da mesma comunidade também foram matados [Adeilton Brito de Souza, Amauri Pereira Silva, Cosme Rosário da Conceição, Gildásio Bispo das Neves, Marcos Pereira Silva e Valdir Pereira Silva]. Muita gente foi embora de lá com medo, a escola fechou, chegaram pessoas estranhas. O tráfico de drogas entrou, até como uma estratégia para expulsar os remanescentes. O massacre é a multiplicação da eliminação sumária da população. Não se trata só de tirar a resistência da frente, mas de fazer repercutir, para servir de exemplo do que pode acontecer com todos.

A Polícia Civil identificou o massacre como sendo relacionado à disputa pelo controle da venda de drogas na região.

No caso de Lindomar, primeiro levantou-se a hipótese de latrocínio [roubo seguido de morte] ou mesmo crime passional. Depois do massacre dos seus companheiros, a Polícia Civil apontou o tráfico como motivação de todos os assassinatos, apesar de haver indícios de envolvimento com venda de drogas de apenas um. A condução do inquérito descartou as demais linhas de investigação, principalmente no que se refere à disputa fundiária antiga com empresas do agronegócio. São várias as formas de descaracterizar, eliminar, invisibilizar. É um processo muito terrível.

Ainda existe a suspeita de ter havido um quinto massacre, ainda não confirmado?

Sim, há a suspeita de ter ocorrido um massacre de indígenas isolados, do Vale do Javari, no Amazonas, conhecidos como “índios

flecheiros”. Pelas denúncias, seriam mais de 10 vítimas. Mas o Ministério Público Federal no Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai) não chegaram a um consenso, e o caso não foi inserido no relatório.

Dos 1.438 casos de conflitos no campo em que ocorreram assassinatos registrados pela CPT entre 1985 e 2017, apenas 113 foram julgados. Isso representa 8%.

A impunidade é um dos pilares mantenedores da violência no campo. Remonta à desvalorização do pequeno trabalhador rural. É uma pessoa vista como sem valor, que pode ser eliminada, cujo direito não se reconhece. Até o direito a um inquérito policial bem feito para apurar a sua morte ele não tem. A Justiça não existe para pós-escravos e novos escravos. A cultura contemporânea tem muito da cultura do passado — e terrivelmente tem a ver com esse presente futuro, de fascismo social, de desregulamentação do Estado para que o mercado domine tudo. A impunidade é parte desse processo.

Além dos assassinatos, há a criminalização de lideranças, como no caso da prisão do Padre Amaro, da Paróquia de Santa Luzia de Anapu, da Prelazia do Xingu, situada no estado do Pará. [O sacerdote, amigo e sucessor da missionária Dorothy Stang, assassinada a mando de fazendeiros em 2005, foi preso em 27 de março].

Essa estratégia também não é novidade, mas há multiplicação dos casos. A história do Padre Amaro remonta à da própria Dorothy, que tinha igualmente muitos processos na Justiça. Isso, porém, não foi suficiente para demovê-la e desmoralizá-la — e por isso acabou sendo assassinada. [A Polícia Civil de Anapu atribui a Padre Amaro a prática de uma série de crimes: ameaça, extorsão, assédio. Para a CPT, o que chama a atenção é a ausência de provas no processo. Há apenas depoimentos de fazendeiros que compareceram à delegacia de Anapu para acusar o pároco por supostas ocupações de suas terras e outros crimes.] No caso de Amaro, a via é a da desmoralização, principalmente com a acusação de assédio sexual sem nenhuma prova, que tem um impacto na comunidade. Ele já teve negados habeas corpus em duas instâncias, e mesmo que consiga a liberdade estará estigmatizado.

O relatório de conflitos no campo não foi integralmente publicado devido a invasões ao banco de dados da CPT. Pode-se avaliar que este é um novo tipo de intimidação?

O banco de dados de conflitos no campo foi invadido por hackers que buscavam nosso levantamento de onde acontecem. Essa informação poderia ser usada, por exemplo, para o mercado de terras: valorizar ou desvalorizar uma área. Além disso, o ataque pode ter sido sim para inviabilizar a publicação de dados da instituição. Tudo isso são faces da mesma situação problemática: a valorização da terra e a desvalorização de quem está na terra.

Quais são as perspectivas para as disputas no campo?

Eu me pergunto para que serve o Estado. Estamos em momento muito difícil, que talvez a gente não tenha vivido nem mesmo na ditadura. Naquela época, ao menos sabíamos que não tínhamos liberdade de manifestação, então criou-se um movimento de resistência que conseguiu abertura lenta e gradual até chegar a um patamar mínimo de estado de bem-estar social. O contexto atual é de intolerância, fascismo, polarização, restrição de direitos. Não só na política, mas no ponto de ônibus, no restaurante, na fila do cinema. É um período muito complicado, talvez como nunca tenhamos vivido. Padre Amaro, se liberto, estará seguro? Ou acontecerá com ele o mesmo que aconteceu a Nazildo? 

FONTE DE DISP

Eventos internacionais evidenciam interesses e contradições dos discursos de acesso à água e de preservação dos mananciais

Elisa Batalha

Essência da vida no planeta, recurso natural indispensável. Direito humano ou mercadoria do futuro. Acesso à água, preservação dos mananciais. Disputas que têm a água no centro das questões. Dois eventos paralelos, manifestações e documentos globais mostraram que é preciso construir uma ponte sobre o fosso entre os que veem a água como insumo e fonte de riqueza e os que a consideram um direito humano, ao qual as pessoas somente terão acesso respeitando os ciclos da natureza.

“Ninguém vai morrer de sede às margens do rio Arrojado”, dizia um dos cartazes de uma manifestação que reuniu milhares pessoas nas ruas da pequena cidade de Correntina, em novembro de 2017. Alguns veículos de imprensa falaram em quatro mil pessoas, outros em até nove mil. Qualquer um dos números

é expressivo, dado que Correntina tem pouco mais de 33 mil habitantes, segundo o IBGE.

A manifestação defendia a preservação da água desse e dos outros quatro rios que atravessam o município, que fazem parte da bacia do São Francisco. Nove dias antes, um grupo de cerca de 500 pessoas ocupou uma fazenda de propriedade da empresa de alimentos Igarashi, no Oeste da Bahia, quebrou e destruiu o que viu pela frente, como postes de energia e tratores.

“Somente esta fazenda usa 183 milhões de metros cúbicos de água por dia, mais de 30 vezes o consumo da população local, que pratica agricultura familiar. As pessoas estavam vendo diretamente a água secando dos canais de irrigação tradicionais”, justificou à *Radis* Abeltânia de Souza Santos, educadora popular da Comissão Pastoral da Terra com atuação na região, durante o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama).



STAVAN LIECHTI / ONU

UTA

O município de Correntina fica na região que vem sendo denominada Matopiba, que abrange parte do estado do Maranhão, todo o Tocantins, parte do Piauí e todo o Oeste da Bahia. Trata-se da atual fronteira agrícola brasileira, onde estão localizados os últimos remanescentes de Cerrado, o bioma mais antigo do Brasil e do mundo, de importância vital para o ciclo das águas na América do Sul. A área já teve 62,5% da vegetação nativa desmatada, conforme apontou o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

A luta dos agricultores de Correntina era apenas uma das muitas registradas no Fama, evento que discutiu em Brasília, entre 17 a 22 de março, como a disputa pelas águas é um problema sistêmico global. A partir do slogan “Água é direito e não mercadoria”, o Fama foi realizado por 36 movimentos sociais e reuniu populações ribeirinhas de todo o país, especialmente do Cerrado e da Amazônia, indígenas, integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de pescadores, especialistas e ativistas de organizações internacionais.

Cerca de sete mil participantes expuseram diferentes situações, como a contaminação das

águas por parte da mineradora norueguesa em Barcarena, no Pará, a necessidade de preservação do Cerrado e da Amazônia, os problemas relacionados ao desmatamento e o uso abusivo das águas de muitos rios, como o do Arrojado. O baixo nível das águas é atribuído ao intenso desmatamento da cobertura nativa da região, e à retirada de água superficial e subterrânea, sobretudo pelas empresas do agronegócio. Segundo os participantes, a agricultura e a pecuária somam mais de 70% do consumo de recursos hídricos do país, e os números são semelhantes no mundo. Representantes dos povos ribeirinhos, indígenas e das comunidades tradicionais debateram a necessidade da preservação de modos de produção mais sustentáveis, que não poluam nem sequem os rios.

“NOSSAS FONTES”

Ao mesmo tempo, há poucos quilômetros dali, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, acontecia o Fórum Mundial das Águas (FMA). O nome e a temática eram quase idênticos, mas as semelhanças paravam por aí. Ao passar pelos detectores de metais instalados na entrada, já se percebia uma estrutura sofisticada e

a diferença no perfil do público. Cerca de 35 mil pessoas de mais de 150 países que circulavam no FMA estavam em sua maioria representando os interesses de empresas ou de instituições que encaram a água como produto. No entorno do estádio Mané Garrincha, foi montada a Vila Cidadã, um espaço com atividades educativas para o grande público, que atraiu cerca de 100 mil pessoas.

Maior evento global sobre o tema, o Fórum Mundial da Água é produzido pelo Conselho Mundial da Água, organização internacional fundada em 1996 e que reúne 400 instituições e empresas de 70 países ligadas aos recursos hídricos. O Conselho é composto de representantes de governos, da universidade, da sociedade civil, de empresas e organizações não governamentais.

Foi a primeira vez que o evento, que acontece a cada três anos, foi sediado em um país do Hemisfério Sul. No Brasil, além do governo federal, Ministério da Saúde, Funasa e Petrobras constavam como os principais organizadores. Grandes empresas como Nestlé, Ambev e Coca-Cola figuravam entre os inúmeros patrocinadores, tanto da iniciativa privada, como órgãos governamentais de diferentes países. Na divulgação oficial, o fórum declarava que seu objetivo era “aumentar a conscientização e reforçar o compromisso político com relação ao uso e à gestão da água”. Diversos documentos foram publicados ao fim do evento, pelas diferentes comissões e associações que compunham o Fórum, entre eles uma Declaração Parlamentar, uma Declaração de Sustentabilidade e uma Declaração do Ministério Público sobre o direito à água (ver Saiba Mais). Um deles é o Compromisso Empresarial para a Segurança Hídrica, elaborado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Assinado por grandes empresas, como Monsanto, Ambev e Coca-Cola, o documento prevê metas para promover eficiência hídrica nas organizações e combater o desperdício. Um dos objetivos listados é “mitigar os riscos da água para o negócio”, por meio de recomendações como incluir no procedimento de avaliação de risco das empresas uma análise dos riscos sociais, ambientais e financeiros do negócio, relacionados direta ou indiretamente com a água. Intercâmbio de tecnologia para otimizar o uso dos recursos hídricos, combater o desperdício e reduzir a poluição resultante dos processos industriais figuravam entre os grandes interesses discutidos no FMA.

“Estive nos dois fóruns e estou aqui (no FMA) institucionalmente. Considero as discussões afastadas da realidade do Distrito Federal. É sabido que são as grandes multinacionais que estão patrocinando. O outro (Fama) é mais democrático e tem mais relação com aquilo que eu estudo e com o que eu acredito”, definiu Lygia Costa, auditora fiscal do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal. A geógrafa conversou rapidamente com a reportagem da *Radis* enquanto tentava entrar em um painel concorrido sobre tecnologia de reúso de água. No próprio Plano Piloto, onde o evento acontecia, se registrava, durante os dias do FMA, um racionamento de água, com rodízio de fornecimento entre as áreas da cidade.

Em um dos painéis que recebeu maior cobertura de imprensa, o presidente da Coca-Cola Brasil Henrique Braun anunciou que “permitirá” o acesso a pessoas e comunidades vizinhas às oito fontes que a empresa mantém em cinco estados do país para engarrafamento de água mineral. “Estamos abrindo as ‘nossas fontes’, no espírito de compartilhamento gerado pelo fórum, como forma de estreitar o relacionamento com as comunidades”, declarou o executivo. Apesar do discurso sintonizado com a linguagem do marketing, o uso do pronome possessivo revela, no mínimo, uma contradição. De acordo com a legislação nacional, a água é um recurso público e não uma propriedade. A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo, por meio do qual o poder público assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos. O direito de uso da água não significa que o usuário seja o proprietário.

DOMÍNIO PÚBLICO

Considerada um bom exemplo de gestão de recursos hídricos, a Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997), estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos. O primeiro de seus fundamentos é de que a água é considerada um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. O segundo ponto estabelecido pela lei é de que a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Ela também prevê que, em situações de escassez, o uso prioritário da água é para o consumo humano e para a dessedentação de animais. Portanto, a outorga (direito de uso) pode ser suspensa, parcial ou totalmente, em casos de escassez ou de não cumprimento pelo outorgado dos termos previstos nas regulamentações — ou ainda por necessidade premente de se atenderem os usos prioritários e de interesse coletivo.

É por este motivo que não é possível a “venda do Aquífero Guarani” para uma empresa privada, como alertava notícia que circulou nas redes sociais — e bastante comentada durante o evento. O Sistema Aquífero Guarani (Sag) é uma das duas maiores reservas subterrâneas de água do Brasil e uma das maiores do mundo, com 1,2 milhão de quilômetros quadrados de extensão, divididos em quatro países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Dessa área, 840 mil quilômetros quadrados ficam no território nacional. Do ponto de vista jurídico, as águas subterrâneas estão sob o domínio dos estados que as abrigam, o que significa que cada um pode ter uma legislação específica, sem interferência do Governo Federal. As autoridades administrativas, portanto, conferem a outorga, o direito ao uso da água, para as empresas que desejam explorá-la. Contudo, a exploração do aquífero é cercada de riscos (ver matéria na pág. 18).

Segundo especialistas, o reservatório pode armazenar até 40 mil quilômetros cúbicos de água entre suas rochas, manancial

A última gota: um alerta para o mundo

Imagine uma metrópole de 4 milhões de habitantes — uma cidade turística, com belas praias — sem nenhuma gota de água na torneira. Isso parece ficção, mas está prestes a acontecer na Cidade do Cabo, na África do Sul. Da mesma forma que São Paulo, que enfrentou uma crise hídrica em 2105, a cidade africana tinha em seus reservatórios até março menos de 25% de sua capacidade, depois de três anos com escassez de chuvas, e passa por um rígido racionamento desde fevereiro e uma contagem regressiva para evitar o temido “dia zero”, em que todas

as torneiras poderão ter que ser fechadas e cada morador terá direito a parques 25 litros de água por dia — fornecidos em fontes públicas espalhadas pela cidade. O atual racionamento permite que o gasto diário seja de até 50 litros. De acordo com a ONU, o consumo médio em condições normais é de 110 litros por pessoa. A medida mais drástica ocorrerá caso os reservatórios que abastecem a cidade cheguem a 13,5% de sua capacidade. Se isso acontecer, a cidade deve se tornar a primeira metrópole moderna do mundo a ficar sem água nas torneiras.

equivalente a 16 bilhões de piscinas olímpicas ou 100 anos de fluxo cumulativo do rio Paraná. E esse nem é o maior aquífero do território nacional. Há ainda um maior, o Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga), com reservas estimadas em 162 mil quilômetros cúbicos. Calcula-se que isso seria o suficiente para abastecer a população atual do mundo, 7 bilhões de pessoas, por 250 anos, considerando um consumo individual médio de 150 litros de água por dia e uma expectativa de vida de 60 anos.

Em um contexto de mudança climática (que reduz a oferta) e de demanda mundial por água que cresce 1% ao ano, de acordo com o relatório da Unesco lançado durante o FMA, o Brasil é considerado um país privilegiado, já que detém 12% de toda a água doce superficial disponível no planeta. Considerando-se que somente 0,5% da água do mundo está facilmente disponível

para o consumo humano, e que 40% da população mundial é afetada pela escassez de água, entende-se por qual motivo os holofotes do mundo estão voltados para o país. “O direito à água é fácil de formular e difícil de cumprir”, disse Louis Fouchon, presidente do Conselho Mundial da Água. “Temos que trabalhar com diferentes pactos, para as bacias, que muitas vezes atravessam países”, afirmou.

DIREITO VERSUS PRIVATIZAÇÃO

Um bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à quantidade de água suficiente para abastecimento mínimo diário, que é de 20 litros por dia; segundo a Organização Mundial da Saúde

Racionamento de água por estiagem deixou moradores de Itu (SP) desabastecidos por 10 meses em 2014



(OMS), 60% da população mundial (4,5 bilhões de pessoas) não têm acesso a saneamento básico. Além disso, 80% do esgoto no mundo é lançado sem tratamento. Desde 2015, no entanto, a água é considerada um direito humano, como lembrou Leo Heller, pesquisador da Fiocruz, durante painel especial sobre o tema, no FMA.

Relator Especial do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário das Nações Unidas, ele ressaltou que no escopo jurídico internacional usa-se a expressão “direitos à água e ao saneamento”, no plural, esclarecendo que a separação entre os direitos ao saneamento e ao acesso pode ajudar na construção de estratégias diferenciadas de redução das lacunas. “Existe uma desigualdade muito maior em relação ao saneamento. Mas a separação como direitos distintos pode ser útil para fins práticos”, considerou.

As expressões “privatização” e “mercantilização da água” eram escutadas a todo momento no Fama, demonstrando uma das maiores preocupações, enquanto no FMA esses termos eram pouco mencionados. “Eles não têm os mesmos valores que os nossos”, criticou a ativista japonesa Satoko Sashimito, do Transnational Institute (TNI), defendendo o direito humano à água. Integrante de um painel no fórum “oficial”, ela deixou claro que suas convicções estavam melhor representadas no Fama. “Eu

vim a Brasília para o fórum alternativo. Estou aqui a convite de Leo Heller, e por ver a importância dessa sessão. Hoje teve uma passeata pelo direito à água, e eu estava lá. Aqui nesse fórum não entram indígenas, pescadores. Aqui só entra pagando”, criticou.

Segundo Satoko, a organização internacional de pesquisa e financiamento onde ela atua constatou que a privatização do setor de fornecimento de água em muitas cidades, principalmente na Europa, vem sendo revista por não trazer os benefícios esperados, ou aumentar a conta para o cidadão. Ela colocou que há, em todo o mundo, 835 casos de retomada do controle sobre serviços públicos por governos locais, dos quais 267 se referem à gestão da água. A ativista apresentou dados de um levantamento do TNI, correspondente ao período de 2000 a 2017, demonstrando que a remunicipalização do fornecimento de água ocorre sobretudo na França, onde há 106 casos. A capital, Paris, é o caso mais emblemático, enfatizou.

Mas a disputa pela água não se deu somente no nível dos discursos oficiais ou de manifestações de ativistas. Ao mesmo tempo em que se desenrolava a intensa programação dos dois fóruns, em Brasília, um grupo de aproximadamente 600 mulheres, ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)



Rio Gualaxo do Norte, que corta Paracatu de Baixo (MG), recebeu onda de lama e resíduos de minério de ferro após desabamento da barragem da Samarco, em Mariana

ocupou uma fábrica de água mineral da Nestlé, na cidade de São Lourenço, no Sul de Minas Gerais, no dia 20 de março. Segundo o MST, a unidade da companhia foi alvo do protesto porque a exploração da água no município, conhecido nacionalmente por suas reservas hidrominerais, afetou a disponibilidade do líquido aos moradores. “Antes de ser privatizada, a água era amplamente utilizada para tratamentos medicinais. Além da redução da vazão, nota-se a mudança no sabor da água, ou seja, a exploração está fazendo com que [a água] perca seus sais minerais”, informa um comunicado do movimento.

Não é à toa que o movimento em Minas tenha sido protagonizado por mulheres. A ideia de que a disputa pela água é atravessada por questões de gênero repercutiu em Brasília. Audrey Azoulay, diretora-geral da Unesco, declarou, já na abertura do FMA, que mulheres e meninas pelo mundo gastam 200 milhões de horas por dia, todos os dias, buscando e carregando água. “Tempo que seria bem melhor investido em educação”, ressaltou a executiva. “A voz destas mulheres é indispensável. Elas desempenham um papel central no fornecimento e no abastecimento da água”, alertou Audrey, advertindo que mesmo assim as mulheres ocupam menos de 10% dos cargos responsáveis pela administração da água no mundo, disse Audrey. Ela mesma era a única mulher integrante da mesa de abertura oficial do fórum.

SEGURANÇA HÍDRICA

A questão da água é também questão de gênero, mas afeta a todos, tanto no ambiente rural como urbano, advertem organizações internacionais. Para evitar colapsos no fornecimento de água, como o que está acontecendo na Cidade do Cabo, na África do Sul, UN Water e Unesco lançaram, em 2018, um relatório intitulado “Soluções baseadas na natureza”. A cidade sul-africana vive um racionamento pior do que o que foi vivido na capital paulista, em 2015 (ver box na pág. 14).

O documento informa que as abordagens atualmente usadas pelas cidades, indústrias e agricultura para gerenciamento e preservação dos recursos não permitem que a segurança hídrica sustentável seja alcançada. As soluções baseadas na natureza

(SbN ou NBS, na sigla em inglês) usam (ou simulam) processos naturais a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da água. Entre os exemplos dados pela publicação está a ampliação de banheiros secos, que evitam o lançamento de dejetos em tubulações ligadas a centros de tratamento de água ou em rios e permitem a produção de composto orgânico ao final do processo. Em uma proposta de solução em escala mais ampla, o relatório apresenta a experiência das cidades-esponjas, na China, onde construções absorvem água da chuva de forma rápida e segura.

De acordo com o relatório, existe uma “inércia histórica” que atrasa a adoção de soluções baseadas na natureza, devido ao predomínio contínuo de soluções de “infraestrutura cinza” (tecnologias clássicas de tratamento de água e esgoto) nos atuais instrumentos dos países em relação às políticas públicas, aos códigos e normas de construção. “A adoção das SbN não é apenas necessária para melhorar os resultados na gestão da água e para atingir a segurança hídrica, mas também essencial para assegurar a geração de cobenefícios que são fundamentais para todos os aspectos do desenvolvimento sustentável. Embora as SbN não sejam uma panaceia, elas exercem um papel essencial na construção de um futuro melhor, mais próspero, mais seguro e mais equitativo para todos”, diz o relatório.

A publicação aponta os entraves para que esse tipo de estratégia seja implementada. “Muitas vezes, as SbN exigem cooperação entre as várias partes e instituições interessadas, o que pode ser difícil de alcançar. Os arranjos institucionais atuais não evoluíram, levando em consideração a cooperação no que diz respeito às SbN. Faltam conscientização, comunicação e conhecimento em todos os âmbitos, das comunidades e planejadores regionais aos formuladores de políticas nacionais, sobre o que as SbN realmente podem oferecer”, avaliam os formuladores do documento.

SAIBA MAIS

- Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2018 - “Soluções Baseadas na Natureza - Sumário executivo” - <https://goo.gl/GXCBHN>
- Documentos do FMA - <https://goo.gl/Nq1x4m>
- Declaração final do FAMA - <https://goo.gl/D2M1J3>

Cerca de dois quilômetros em linha reta separavam os participantes do Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama 2018) do 8º Fórum Mundial das Águas (FMA), realizados simultaneamente em Brasília. Se, geograficamente, a distância entre esses dois pontos era pequena, no campo das ideias havia um abismo estabelecido pela resposta a uma pergunta: Afinal, de quem é a água? De um lado, havia um fórum popular com ribeirinhos, indígenas, pescadores, marisqueiros, quilombolas, ativistas, ambientalistas, acadêmicos, estudantes, do Brasil e de fora dele, tomados como “povos do mundo inteiro”, que bradavam que a água é de todos, é um bem comum, não uma mercadoria. Do outro, estavam o que eles identificavam como um grande balcão de negócios, no chamado fórum das corporações que discutia tecnologias e modelos que, na prática, visam reduzir direitos, controlar o acesso para capturar e comercializar a água no mundo.

Segundo o cálculo dos organizadores, sete mil pessoas estiveram no Fama 2018, sendo que quatro mil montaram acampamento no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. Juntos, lançaram uma carta em que denunciam as corporações que querem exercer o controle da água por meio da privatização, mercantilização e titularização. Para isso, alertam, essas empresas usam de estratégias que vão desde “violência direta até formas de captura corporativa de governos, parlamentos, judiciários, agências reguladoras e demais estruturas jurídico-institucionais para atuação em favor dos interesses do capital”. Segundo os participantes, o resultado é a invasão, apropriação e o controle político e econômico dos territórios, das nascentes, rios e reservatórios, para atender os interesses do agronegócio, hidronegócio, indústria extrativa, mineração, especulação imobiliária e geração de energia hidroelétrica. Denunciam, ainda, que o mercado de bebida deseja controlar os aquíferos e o abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Durante o Fórum, foi também lançado uma carta em que lideranças de povos originários e de populações e comunidades tradicionais denunciam as práticas indevidas que levam à contaminação, como os rejeitos tóxicos das atividades de mineração, o derramamento de esgotos não tratados, o desmatamento e a criação de gado impetradas por fazendeiros, empresários, poderes públicos e o capital. “Para nós, sem terra não há água, sem água não há semente, que é fonte da vida”, salientam os indígenas.

PROTETORES AMEAÇADOS

O Fama ressaltou a voz das populações do campo e da cidade que enfrentam as consequências do modelo de desenvolvimento que se apropria dos recursos naturais. Presente ao evento, Biko Rodrigues, da Coordenação Nacional de Quilombolas (Conaq), advoga que a disputa pela água caminha juntamente com a luta pela demarcação dos territórios tradicionais dos quilombolas. Ele denuncia que a apropriação dos recursos hídricos por parte dos fazendeiros impede que os quilombolas acessem esse recurso. “Precisamos que nossos territórios sejam regularizados para cuidar e preservar a água, para sermos guardiões da biodiversidade e de toda essa riqueza que temos no país”, afirmou à *Radis*. Números da Conaq indicam que mais de seis mil comunidades aguardam o reconhecimento das suas terras no Brasil, em um total de 16 milhões de pessoas.

Já o líder indígena Douglas Krenak contou à reportagem que seu povo teve o curso da vida alterado pelo maior desastre ambiental do país: o rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco, em novembro de 2015. Para Douglas, é um equívoco falar que houve um acidente. “Houve um crime. Meu povo não



MATHEUS ALVES

pode mais exercer a vida cotidiana. Há dois anos que não comemos peixe, não batizamos nem realizamos nossos rituais sagrados. Fomos impedidos de viver”, declarou. O Rio Doce, chamado de “Watu”, tem uma dimensão espiritual e simbólica na vida do povo Krenak. Por isso, ele considera todas as propostas de recuperação e revitalização do rio insuficientes. “É um dano irreparável. O rio não é só subsistência. Ele vai além de água: ele é cura, é sagrado”.

Antes do desastre, as plantas medicinais é que davam o curso dos tratamentos na aldeia. Agora, nem isso mais os Krenak têm para atender os que sofrem com problemas de pele ou demais transtornos. Douglas identifica, em seu povo, os mesmos problemas constatados por pesquisa do Instituto Saúde e Sustentabilidade (ISS) na população atingida pelo desastre: depressão, dengue, problemas respiratórios, falta de ar e manchas na pele, entre outros sinais e sintomas. No lançamento do estudo, em março de 2018, a coordenadora Evangelina Vormmitag explicou que os efeitos dessa tragédia para a saúde são tão amplos que a literatura científica internacional não registra outro desastre com essa magnitude e essas

DEFESA DO ELITO



No encerramento do Fama, participantes marcharam em protesto contra o controle privado e a mercantilização da água

já ocorre a partir da atividade intensiva da petroquímica do Porto de Aratu. Para ela, o direito dos povos é desrespeitado por conta do racismo ambiental. “É um racismo com a cor da pele dessas pessoas. Tudo o que não presta é jogado nessas comunidades. Todos os empreendimentos são levados para comunidades tradicionais, quilombolas, de pesca, indígenas e ribeirinhas. É um povo menos favorecido, é um povo preto”, denuncia.

OCUPAÇÃO ORDENADA

O aquífero de Alter do Chão, como é conhecido o Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga), é o maior reservatório de água potável do mundo. Esse lago gigante que fica no subsolo do Amazonas, Pará e Amapá é uma reserva estratégica para o país, e também está sendo ameaçado pela exploração e contaminação de suas águas. Luciana Cordeiro, professora de Direito da Universidade de Campinas (Unicamp), disse que a área é de grande interesse comercial e há riscos diretos que podem impactar na qualidade da água. “Alter do Chão pode se tornar uma área de interesse para a especulação imobiliária, com a construção de grandes resorts, e o estabelecimento de indústrias envasadoras, que visam exportar água para outros países. Isso é um perigo”, indicou.

Luciana contou à *Radis* que, num evento recente, um pesquisador sugeriu a transferência de indústrias paulistas para a região Norte, com o intuito de superar a crise de água que afeta o estado. “É um absurdo. Alter não pode receber indústrias poluentes. Esse aquífero tem formação rochosa e é bem poroso. Nós precisamos saber qual é essa vulnerabilidade antes de lotear toda essa região”. Por isso, ela recomenda muita cautela na exploração desse solo. “Todo mundo está olhando esse potencial. Mas é preciso proteger a área para preservar as águas e os territórios. Os municípios devem fazer um zoneamento correto e autorizar apenas atividades de menor impacto possível”, salientou.

Quem vive em Alter do Chão acompanha as mudanças e sente na pele os problemas decorrentes do desrespeito aos recursos naturais. “Primeiro, veio o desmatamento de matas ciliares, nos igarapés, onde estão nossas nascentes. Depois a ocupação e, com ela, a poluição como resultado das grandes construções. Onde isso vai parar?”, perguntou à reportagem Leila Borari. Muitas famílias indígenas já deixaram o lugar, mas a casa onde Leila cresceu, às margens do rio Tapajós, ainda está lá. “Minha mãe resiste, eu resisto. Tem que ter resistência”, disse. Leila conta que a ocupação sem controle altera o meio ambiente e o modo de vida das populações locais. Ela aponta também os vários problemas de saúde decorrentes do processo, como o surto de hepatite que ocorreu em 2015. “Já peguei água do rio para beber e tomar banho. Naquele tempo não havia água encanada. Hoje tudo mudou. Na margem do Lago Verde não tem tratamento de esgoto. Ao lado da minha casa, tem um prédio que não cuida das suas fossas e descarrega tudo no rio. Como viver desse jeito?”, pergunta.

Para Leila, o processo de destruição só vai ser barrado com ações ordenadas e voltadas para os cerca de seis mil habitantes de Alter do Chão. “Temos uma vegetação muito rara, a Savana amazônica, com plantas e animais endêmicos [únicos] que só existem em Alter. Os grupos avançam, desmatam e vendem a terra. A especulação imobiliária é muito grande na região”, denuncia. Segundo ela, na aldeia Borari vivem 400 famílias, entre indígenas e não indígenas. “De forma cotidiana, a nossa existência está sendo praticamente negada, não só pela população não indígena, mas também pelos governos”.

O Cerrado é outro berço das águas que vem sendo sistematicamente agredido pela consolidação do agronegócio. O conjunto de negócios que envolve a produção agrícola e pecuária está sendo determinante para alterar o ecossistema local. Para

características, envolvendo tantos fatores — água, ar, solo e animais contaminados, danos emocionais e mentais — na proporção do que ocorreu com o Rio Doce.

Na visão de Douglas, nada disso teria acontecido se o rio e os povos originários tivessem sido respeitados. “Temos que impedir que essas empresas tenham o poder de controlar territórios e recursos naturais e minerais. Temos que demarcar os territórios das populações originárias e tradicionais ao longo de todo o rio. Porque somos nós que preservamos e somos os protetores fundamentais dos recursos da natureza”, diz.

Na Ilha de Maré, na Bahia, a disputa entre os grandes empreendimentos e a população local envolve o direito à água. “Há poucos dias, o governador disse que a gente não pode ser um entrave para o desenvolvimento do estado”, relatou Eliete Paraguassu, representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Eliete contou à *Radis* que o projeto de construção de um novo terminal industrial da Braskem vai aumentar a poluição na Baía de Todos-os-Santos. Segundo Eliete, a contaminação com metais pesados, como chumbo e mercúrio,

fazer frente à devastação e mostrar a importância desse bioma, em 2016 foi lançada a Campanha em Defesa do Cerrado. A coordenadora do Projeto de Articulação do Cerrado Isolete Wichinieski disse que o agronegócio e o capital suplantaram o direito dos povos e comunidades. “O Cerrado é colocado como o celeiro do mundo e facilita o processo de expansão do capital no campo. Parece que ali não tem gente. Precisamos mostrar que o Cerrado tem uma identidade, uma cultura, um jeito de produzir, um modo de vida diferente. E há uma forte relação dos povos tradicionais e comunidades com seu território. Eles é que são os guardiões desse bioma”, declarou, em conversa com a reportagem.

De acordo com Isolete, o Cerrado ocupa 36% do território brasileiro entre áreas de transição e contínuas. O avanço do agronegócio, diz, tem um impacto grande na gestão do território. “Junto com ele vem a grilagem das terras e a ação do governo, que não regulariza essas terras e tenta fazer uma regularização individual, diminuindo a força do coletivo”. Uma das coordenadoras da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ela destaca que o agronegócio não permite que a água se infiltre no solo como acontece com a vegetação nativa. “O Cerrado é tido como uma floresta invertida porque sua vegetação tem a raiz profunda e faz com que a água penetre no subsolo e seja armazenada nos aquíferos. Só que soja, algodão e cana de açúcar têm raízes frágeis, e não acumulam água. A soja pode até ser verde, mas seu plantio tira essa importante função do Cerrado”, advertiu. Segundo ela, também há perdas na forma de ocupação da terra. “O agronegócio ocupa a chapada, área de recarga dos aquíferos. As comunidades estão nas áreas de descarga e conseguem manter o equilíbrio desse habitat. Por ano somem 10 rios da região. Várias espécies nativas já foram extintas. Tudo está sendo apropriado para a produção”, avaliou.

Isolete criticou a visão de que o Cerrado é um lugar adequado para a produção agrícola, já que tem terras planas, que facilitam o desempenho do maquinário, e água em abundância. “A água é finita, pode acabar. Esse modo de produção retira grande quantidade de água dos rios para fazer todo o processo de irrigação, diminuindo a vazão dos rios e impactando fortemente a vida das comunidades”, alertou. “As empresas fazem poços profundos e retiram água do lençol freático e dos aquíferos. É um ciclo predatório”, sentenciou. Outro problema que aponta se refere ao plantio de soja, que deixa o solo “solto”, fazendo com que seus folículos entrem nos rios, que acabam assoreados e com menos água.

CONFLITOS PELA ÁGUA

As diferentes visões sobre o uso e a gestão da água vêm acirrando os conflitos no campo. De acordo com a pesquisa “Conflitos no Campo Brasil 2016”, realizada pela CPT, o número de embates por água no país cresceu 150% entre 2011 e 2016, saltando de 69 para 172. Aumentou também o número de pessoas envolvidas nesses conflitos. Se, em 2007, foram 164 mil, nove anos depois, em 2016, esse total foi de 222 mil, um acréscimo de 35,8%. O relatório mostra que, entre 2002 e 2010, havia oscilação. De 2011 para cá, aumento. Eram 28 mil famílias envolvidas em 69 conflitos, nesse ano. O número em 2016 foi de 44 mil famílias, envolvidas em 172 conflitos. Segundo a CPT, a mineração responde por mais da metade dos problemas (51,7%) e as hidrelétricas, por 23,2%.

Maurício Correa, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR-BA), observou que o aumento da disputa pela água é fruto de

uma política de Estado que privilegia as empresas frente às populações em seus territórios. Como exemplo, ele citou a Bahia, quarto maior produtor de minério do Brasil. “A área do agronegócio aumentou 43% entre 2006 e 2015”, exemplificou. Ele apontou que a água é chamariz e orienta a ocupação das empresas. “Elas divulgam no exterior que estão em cima de um aquífero e que isso é um fator positivo para a produção”, relatou. O ativista reforça que as empresas esgotam os recursos em um determinado lugar e partem para outras áreas para recomeçar esse ciclo. Além disso, ele identifica que muitas empresas têm comportamento nômade e pouca ligação com a vida local.

André Machado, pesquisador do Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz), observa que o agronegócio consome muita água nos territórios, deixando as populações locais sem acesso a esse recurso. “Há muitos impactos nesse ativo e destaco sobretudo os grãos e o eucalipto. Não é à toa que a plantação de eucalipto é chamada de deserto verde. Todas as fontes e aquíferos são rebaixados ou perdidos por conta desse processo que leva à extensão territorial, muda o regime de chuvas nas regiões desmatadas e impacta fortemente a quantidade de água de aquíferos e rios”, declarou à *Radis*.

Segundo André, as alterações no meio ambiente são rapidamente visíveis e o rio São Francisco é um exemplo claro desse processo predatório. “O mar está entrando cerca de 40 quilômetros na Foz do São Francisco. Isso é um fato inédito. Há populações urbanas que estão recebendo água salgada na torneira. Já temos denúncias de uma epidemia de hipertensão”, revelou. André conta que recentemente esteve na comunidade quilombola Brajão dos Negros, no município de Brejo Grande, em Sergipe, situada na foz do rio, e encontrou água salgada, o que impede 600 famílias de beber ou plantar. “Essa comunidade produzia 45 mil toneladas de arroz por ano e hoje não produz nada. Depende de caminhão-pipa e agora enfrenta um problema muito sério de segurança alimentar”, denunciou.

A água que não chega, ou que chega contaminada, afeta diretamente a saúde das famílias. Que o diga Vera Lúcia de Oliveira Silva, de Jequitaiá, em Minas Gerais. Em conversa com a reportagem, ela relatou que a água que chega ao povoado do Barroco, onde mora, não serve para o consumo humano. “Ela é amarela, escura, sem condições de a gente beber”, descreveu. Vera conta que há casos de hepatite e verminoses na comunidade, e que suas quatro filhas já tiveram problemas de pele. O quadro, segundo conta, é constantemente agravado pela falta de água. “Ficamos de uma a duas semanas sem água alguma”. Em sua casa, a água é armazenada em caixas de plástico e ela recorre ao serviço privado para ter água de beber. “A gente bebe só água mineral”, revelou. A família gasta R\$ 21 pelo tambor de 20 litros. Em um mês, são utilizados quatro tambores. A conta chega a R\$ 90 por mês. “É muito dinheiro, é um dinheiro que faz falta”, reclamou.

Em conversa com a *Radis*, Edson Aparecido da Silva, integrante da coordenação do Fama, reforçou a importância de se combater a ideia da água como mercadoria. De outra forma, acredita, ela se tornará objeto de luxo. “Água é um direito. Esse é o nosso contraponto. Defendemos que as pessoas não devem pagar pela água que consomem e devem ter acesso à água e ao saneamento”. Assessor da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Edson sustentou que a população não pode ser excluída desse debate, como ocorreu no fórum das corporações. “Entendemos que o verdadeiro fórum da água aconteceu nesse espaço. Aqui é que tivemos todas as representações para lutar em torno da garantia do acesso à água para todos os povos”.

ENTREVISTA RENATO DI NICOLA

ÁGUA é DEMOCRACIA

Para o italiano Renato Di Nicola, do European Water Movement e do Foro Italiano Movimento Acqua, quem controla a água, também nos controla. Contrário à privatização, ele considera que por trás da luta pela água há uma disputa por visões de mundo. “Eles olham a água e veem dinheiro. E quando privatizam a água ou qualquer outro serviço, nos privam de decidir”. Um dos coordenadores do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), ele traz na bagagem a luta contra a privatização desse recurso na Itália, e é enfático ao defender a água como um instrumento democrático. Em entrevista à *Radis*, ele criticou o interesse financeiro de multinacionais e defendeu estratégias mais incisivas para enfrentar a mercantilização: “Temos que mudar a nossa linguagem. Um desastre ambiental é um crime ambiental. Quem leva à morte milhões de outros indivíduos que não têm acesso à água, não se equivoca, é criminoso”.

Por que defender a água como direito?

A questão da água é internacional, global. Nós precisamos superar o nacionalismo da água, pois é uma maneira de dividir os povos. Na Europa, estamos tentando ficar juntos pelo tema da água. Temos problemas globais e urgentes. Veja, se a água dos aquíferos, que são uma reserva mundial de vida, passar para as mãos das multinacionais, será um problema mundial. Se a Nestlé ou a Coca-Cola se apoderarem da água do Guarani [aquífero que abrange partes dos territórios do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai], será um desastre para todos, um drama para a América Latina e para o Brasil, que tem 18% da água limpa do mundo. Não é democrático que uma multinacional decida sobre o bem de nossa vida, como ocorre no Uruguai. Precisamos alertar que esse tipo de capitalismo predador está em todo o mundo e precisa ser combatido.

Como foi o plebiscito na Itália, 2011, que decidiu pela não privatização da água?

Sou orgulhoso de nossa luta e de ser parte do povo. Na Itália, não existia um marco sobre as águas e resolvemos fazer um, a partir de um movimento popular. Frente à privatização, surgiu o povo e todas as organizações sociais se uniram numa campanha feita sem apoio de nenhuma televisão ou periódico. Ninguém nos entrevistava. Mas 60% das pessoas foram votar e tivemos 95% de votos contra a privatização. O processo desse plebiscito fortaleceu as pessoas que passaram a dizer “eu posso”. Agora, toda vez que tentam privatizar, há reação e eles desistem. Fincamos raízes e já estamos presentes em 50 cidades. Em março, fizemos 75 ações que chamamos de *A Caravana da Água* e ela exprime uma frase que inventamos: “Se escreve água, se lê democracia”.

Porque a associação entre água e democracia?

Quando privatizam a água ou qualquer outro serviço público, nos privam de decidir. Por isso que a batalha pela água é a batalha pela democracia. A água é um bem de todos. Ela é a base fundamental para ser o que queremos. Quem controla a água, também nos controla. Ela é saúde, memória e fundamental como ar. Somos feitos de água. Se colocarmos em dúvida a água e o ar, o que nos restará? Por isso temos o desafio de integrar todas as pessoas. Mas o problema é saber como a minha mãe, que tem 87 anos, pode integrar-se à luta pela água e contra a privatização.

Qual o risco da privatização da água?

Quando olhamos um rio, pensamos: “que coisa bonita!” Quando tomamos uma ducha nos sentimos bem. Quando imaginamos o mar, pensamos em viagem. Os capitalistas pensam em dinheiro e são perigosos para a vida humana. São muito potentes, estão se organizando. São mundos diferentes que se confrontam e que lutam uns com os outros. Para mim são delinquentes. Temos que mudar a nossa linguagem. Um desastre ambiental é um crime ambiental. Quem leva à morte milhões de outros indivíduos que não têm acesso à água, não se equivoca, é criminoso. Esses criminosos que estão aí se servem de governos e fazem o que querem. Eu tenho uma frase que parece um pouco feia: “Ou cortamos cabeças ou cortam as nossas cabeças”. Felizmente temos inteligência e capacidade para não chegar a este nível. Mas é lá que chegaremos se esse sistema continuar dessa forma. Eu não quero isso porque sou humano. Mas depende muito da gente para construir um mundo mais democrático.

A água do planeta está acabando?

Quantitativamente, não. O problema é a água que podemos utilizar para a vida, que pode ser consumida, água potável. Percebo que falam que a água [em geral] vai terminar, para justificar que se coloque um preço. Nossa sociedade balanceia a vida pelo preço. Se eu digo que vai faltar algo, aceitam que ela custe mais. O símbolo é o dinheiro. Esse capitalismo fica encantado em contaminar e descontaminar a água. Em Singapura 80% da água vem da cloaca e contém minerais industriais. Israel é o Estado que tem mais tecnologia e investe na dessalinização da água, mas não resolve o problema das pessoas. E às vezes dessalinizar custa mais do que preservar. É uma loucura. Gastamos cem vezes mais por uma coisa que só serve momentaneamente quando poderíamos investir para preservar o que temos livremente. (L.M.)



UMA MIRADA SOBRE OS ACONTECIMENTOS QUE PROVOCARAM TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL E NO MUNDO HÁ EXATAMENTE MEIO SÉCULO

ANA CLÁUDIA PERES

Mil novecentos e sessenta e oito ficou inacabado — dito de outro modo, como no título do livro do escritor e jornalista Zuenir Ventura, foi o ano que não terminou. Um quase slogan bem ao estilo dos muitos que havia na época. Mas 1968 também pode ser lido como o ano que durou pouco. Curto para acomodar tantos desejos e acontecimentos, foi interrompido de forma brusca. Para muitos, acabou. Enquanto em Paris as barricadas dos estudantes davam o tom de maio, nos Estados Unidos milhares iam às ruas pelo fim da Guerra do Vietnã ao mesmo tempo em que explodiam protestos de toda ordem por direitos civis, principalmente após o assassinato do líder pacifista negro Martin Luther King. Na Tchecoslováquia, manifestações pediam por um “socialismo com rosto humano” durante a Primavera de Praga. Do lado de baixo do Equador, os países da América Latina enfrentavam ditaduras sangrentas. No Brasil, os militares que estavam no poder desde 1964 endureciam ainda mais o regime com a instauração do Ato Institucional número cinco (AI-5). Cinquenta anos depois, quando uma escalada conservadora avança mundialmente com reflexos em terras brasileiras, *Radis* revisita 68 e pergunta sobre o que restou daqueles dias.



“A BARRICADA FECHA A RUA MAS ABRE O CAMINHO”

Paris, 12 de maio de 1968. “A rua Gay-Lussac ainda traz as marcas da ‘Noite das Barricadas’. Carros destruídos pelo fogo cobrem o chão, com suas carcaças sem tinta, sujas e cinzentas. As pedras do calçamento, removidas do meio da rua, encontram-se em grandes montanhas nos dois lados. Um vago cheiro de gás lacrimogêneo ainda permanece no ar”. Escrito no calor da hora, esse testemunho é atribuído a Maurice Brinton, pseudônimo de um famoso neurocirurgião de Londres publicado um mês depois que os estudantes das universidades de Nanterre e Sorbonne tomaram as ruas do Quartier Latin, em Paris, entrando em confronto direto com a polícia.

Eles protestavam contra a burocracia das instituições. Sob a influência do carismático Daniel Cohn-Bendit, os universitários “tomaram a palavra”, como costumava se dizer, em uma França conservadora governada pelo general Charles de Gaulle. Por meio de slogans, cartazes e pichações (anárquicas ou poéticas, como as que entreteimam esta reportagem), questionavam a educação, a sexualidade, a política. Na célebre “Noite das Barricadas”, que concentrou 60 conflitos em 10 de junho, houve bala de borracha, granada, coquetel molotov e 20 mil estudantes pelas ruas.

Ao mesmo tempo, nas fábricas, operários exigiam melhores salários e condições de trabalho. Pouco mais

de um mês depois de intensos conflitos e de uma greve geral que reuniu estudantes e trabalhadores — paralisando transporte e indústria —, o movimento arrefeceu. De Gaulle antecipou as eleições para junho e, apesar de enfraquecido, saiu vitorioso. Nada mudou. Mas tudo estava diferente. Seja como crítica de costumes ou revolução comportamental, seja para sacudir as velhas formas de fazer política, os acontecimentos de Maio de 68 na França entraram para a história.

Para a médica e pesquisadora da Fiocruz, Anamaria Tambellini, que naquele ano no Brasil acompanhava atentamente os episódios de Paris, o Maio francês foi uma negativa a uma certa maneira de existir na sociedade que já não correspondia aos anseios de liberdade da época. “Tanto que o movimento ficou conhecido como ‘Barricadas do Desejo’”, lembra. “Eles diziam que queriam trabalhar com os ‘fluxos polimorfos de energia criativa’, o que é lindo de ver, foi inspirador e levou muita gente para as ruas”. Mas a pesquisadora tem dúvidas se o que aconteceu na França pode ser considerado um movimento de resistência civil. “É fato que eles assumiram a recusa a uma hegemonia ideológica e mostraram que era possível sonhar com a inversão das relações de poder. Mas em termos práticos, quando se vive concretamente uma conjuntura de total aniquilamento de direitos como uma ditadura, o enfrentamento é menos lúdico, mais violento”, avalia ela, recordando o contexto brasileiro da época.



INFORMATION
LIBRE

“NÃO TOMEM O ELEVADOR, TOMEM O PODER”

Rio de Janeiro, 28 de março de 1968. Morre o secundarista Edson Luís de Lima Souto com um tiro no peito, quando policiais avançaram contra os estudantes que faziam uma manifestação em frente ao Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço. “O restaurante servia comida muito ruim e, mesmo sendo barato, os estudantes protestavam por refeição de melhor qualidade”, lembra Anamaria, que recentemente, em 2013, esteve à frente da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária — órgão que investigou a violação de direitos e a repressão aos trabalhadores da saúde, ocorridas na última ditadura militar no país. “Edson Luís era ainda um secundarista que sequer fazia parte do movimento estudantil, um garoto pobre que ficava sempre por ali prestando pequenos serviços para se sustentar”.

No Brasil que vivia uma ditadura desde 1964 sob o efeito de atos institucionais que suspendiam direitos, recorda a pesquisadora, o episódio no Calabouço provocou verdadeira comoção e levou as pessoas de volta às ruas. “Ninguém esperava o que aconteceu durante o velório e o enterro de Edson Luís. Os estudantes saíram com o garoto nas costas pelas ruas. Havia cinco mil pessoas, todas com vela, cantando o Hino Nacional”, relata. À época, a pesquisadora era professora da Universidade de Campinas (Unicamp) e também estava engajada nas manifestações que se intensificaram pelo país contra o regime.

Ainda no Rio de Janeiro, em junho, a “Passeata dos Cem Mil” reuniu estudantes, artistas, intelectuais e diversos setores da sociedade no que foi considerado o auge da resistência popular até então. “Depois disso, a ditadura proibiu a manifestação pública. E aí começou uma debandada dos estudantes para a luta armada”, diz ainda a pesquisadora, acrescentando que, a partir dali, seguiram-se confrontos violentos. “Em junho, cerca de 400 estudantes que estavam reunidos no Teatro de Arena

da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ foram violentamente reprimidos pela polícia ao deixar o local sendo levados presos para o bairro de Botafogo onde sofreram as maiores humilhações”, conta. Isso provocou um novo protesto no centro do Rio no dia seguinte, a “Sexta-feira sangrenta” que deixou mortos 27 civis e um policial.

Em São Paulo, em outubro de 68, estudantes da Universidade Mackenzie identificados com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) entraram em confronto com os estudantes da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, deixando um estudante morto. Como represália, a polícia invadiu os dois prédios e prendeu estudantes. Houve barricadas. Os estudantes da USP usaram pregos para furar os pneus dos carros e bolas de gude para derrubar a cavalaria. Essa foi a “Batalha da Maria Antônia”, numa referência à rua em que ficavam as universidades e que se transformou em praça de guerra. No mesmo mês, o histórico congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), numa chácara em Ibiúna, acabou com a invasão do sítio por soldados da PM e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) atirando com balas de festim. “Muitos universitários ainda dormiam nas barracas, outros tomavam café, todos foram pegos de surpresa. Não houve resistência”, registrou em sua página na internet Vladimir Palmeira, líder estudantil na época.

“Eu ficava aflita. Lia o jornal e achava que iam pegar meus meninos, porque muitos alunos nossos da Unicamp estavam no Congresso em Ibiúna”, lembra Anamaria. Para ela, há uma diferença bem visível entre as barricadas da França e o que ocorria no Brasil nos meses que antecederam a decretação do AI-5, em 13 de dezembro — o mais hediondo dos atos institucionais que endurecia ainda mais a repressão, rasgava a Constituição, dava plenos poderes aos militares, proibia a liberdade de imprensa e suspendia direitos políticos. “Se na França, pedia-se por mais felicidade, mais bem estar, mais direitos, mais amor”, diz a pesquisadora, “no Brasil pedíamos para viver, se fosse possível, com liberdade e sem arbítrio, já que enfrentávamos uma ditadura, que cerceava todos os direitos, prendia e torturava, matava e destruía as pessoas”.



“SEJAM REALISTAS. EXIJAM O IMPOSSÍVEL”

Na opinião do historiador Daniel Aarão Reis, o impacto do Maio francês no Brasil é, em certo sentido, superdimensionado. “Os movimentos sociais aqui tiveram evolução autônoma e pouco se deixaram influenciar pelas lutas dos estudantes franceses, embora elas tivessem sido vistas, pela TV e pela imprensa, e muito comentadas”, diz. Segundo ele, a crítica política e ética mais forte naquele “ano quente” não veio da França, mas dos movimentos que despontavam nos Estados Unidos. “Jovens, mulheres, negros, gays, nações indígenas, experimentações com drogas, leves e pesadas, tiveram nos Estados Unidos seu centro mais importante”.

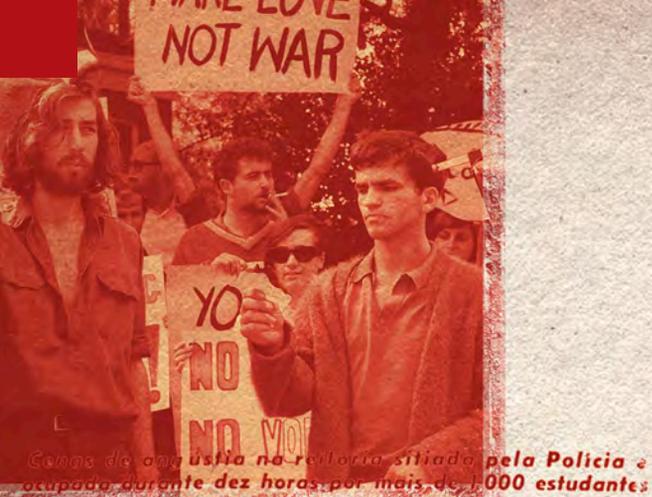
Daniel tinha 22 anos em 1968. O ano que marcou sua vida pessoal — ele casou pela primeira vez e assumiu o primeiro trabalho profissional como taquígrafo do Tribunal Superior do Trabalho, no Rio de Janeiro — também deixou outras marcas. Na época, Daniel já havia saído da direção do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) e da presidência da UME. Mas na direção de uma organização revolucionária — a Dissidência Universitária da Guanabara, que idealizou o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick em 1969 para libertar presos políticos —, ele acompanhou de perto a evolução dos acontecimentos e integrou as principais manifestações. “Depois da edição do AI-5, participei diretamente das primeiras ações armadas efetuadas pela nossa organização”, conta à *Radis*. Dois anos depois, Daniel foi preso e passou 50 dias na tortura no Destacamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna, o assustador DOI-CODI, antes de ser colocado na lista dos 40 presos trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben.

“Líamos muito, inclusive porque, na luta política que se travava entre as esquerdas, era necessário aprimorar a capacitação política e o nível teórico”, conta.

“Na Guanabara, estavam grandes quadros e dirigentes do Partidão [Partido Comunista Brasileiro] e de outras organizações políticas, e para discutir, formulando alternativas às suas propostas, era necessário adquirir consistência política e teórica”. O historiador mergulhou nos livros de Karl Marx, Engels, Lenin, Che Guevara e nas análises do líder da Revolução Cultural Chinesa Mao Tsé Tung contidas em “Sobre a prática e sobre a contradição” e nos “Escritos Militares”. Entre os brasileiros, inspiravam-no nomes como Celso Furtado, Octavio Ianni e Rui Mauro Marini. “Além disso, as obras de Herbert Marcuse, Aldoux Huxley e Wilhelm Reich nos aproximavam das novas tendências que apareciam na cena internacional, principalmente nos EUA”, lembra.

Hoje, como professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF) e intelectual prestigiado, o pesquisador é sempre uma voz ativa nas análises sobre o período. Ele considera que, embora essencial no combate à ditadura, a luta dos estudantes brasileiros no período não sobreviveu à repressão e à migração maciça das lideranças estudantis para as organizações e ações armadas. “De modo que, quando o movimento estudantil se recuperou na segunda metade dos anos 1970, eram apenas fragmentárias as referências que restavam das lutas de 1965 a 1968”, diz. Daniel destaca, além dos estudantes, o papel dos movimentos operários e de assalariados urbanos, lembrando das greves em Osasco (SP) e Contagem (BH), que ensaiaram lutas importantes.

“Não se cultive, no entanto, a ilusão que o país inteiro estava ‘pegando fogo’. As forças conservadoras mantinham-se decisivas. Embora até hoje pouco estudadas, elas dariam cobertura à intensificação da repressão e, no limite, ao ‘escancaramento’ da ditadura que veio com o AI-5”, analisa. Ao olhar para trás, ele julga que o principal legado dos anos 60 foi um novo paradigma de mudança social baseado na persuasão das consciências e na conquista de direitos, que se anunciava principalmente a partir dos movimentos sociais dos Estados Unidos e se diferenciava do modelo que prevalecia no período.



ESTUDANTES EM RETIRADA ATACADOS PELA POLÍCIA



“É PROIBIDO PROIBIR”

Talvez seja verdade que o ano de 1968 possa ser melhor compreendido quando narrado por fragmentos, a partir das rupturas que aconteciam em todo o mundo. Anamaria Tambellini lembra, por exemplo, que os valores de Maio de 68 foram mais visíveis no Brasil na cultura do que em outras áreas, citando o cinema de Glauber Rocha e a Tropicália de Caetano Veloso como fortes referências. Não por acaso, entrou para a história o episódio em que o compositor baiano é vaiado ao exibir a música “É proibido proibir”, no Festival Internacional da Canção, em setembro daquele ano. A canção remetia exatamente a um dos gritos grafitados nos muros pela juventude na França e foi muitíssimo mal recebida pela plateia que, ainda presa à rigidez de alguns conceitos, desaprovou a canção-protesto. Diante da vaia, Caetano fez uma fala que se tornou célebre: “Essa é a juventude que diz que quer tomar o poder? Se vocês forem em política como são em estética, estamos feitos”.

Anamaria ressalta a excelência da palavra e da utopia nos valores do Maio francês. “Tinha algo de poético e sonhador que a juventude de Paris evocava. Antes, a esquerda idolatrava as figuras de Lenin e Stalin, ícones do comunismo na Rússia. Isso muda para os revolucionários Che Guevara e Rosa de Luxemburgo, que eram figuras mais míticas”, diz ela que, em 68, depois de ter feito residência médica em Ribeirão Preto, dava aulas no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da

Unicamp. Companheira do sanitarista Sérgio Arouca, na época, eles começaram a desenvolver o que ainda não podia ser chamado de movimento da Reforma Sanitária, mas já dava os primeiros sinais de um pensamento crítico sobre um sistema de saúde.

“A gente tinha um núcleo que começava a trabalhar politicamente as questões de saúde, publicávamos artigos sobre educação médica junto com o pessoal de filosofia e ciências humanas, envolvíamos alunos nas pesquisas e discutíamos saídas para os serviços de saúde”, lembra. Entre as novidades que conseguiram implantar na época, ela cita os núcleos com pacientes em bairros da cidade paulista, algo que ela chamava de “reuniões para discutir as estruturas epidemiológicas” que não era outra coisa senão encontros para pensar os determinantes e as questões sociais. “Arouca tinha um laboratório de educação médica que ia além dos estudos teóricos”, conta. “Não pensávamos ainda que íamos mudar o sistema, mas éramos um grupo de pessoas da área de saúde pública e medicina preventiva que nos posicionávamos contrários à ditadura em uma fase muito pesada e tínhamos feito a opção de trabalhar por dentro das instituições, nas universidades”.

A pesquisadora, que também gostava de arte — foi dançarina de balé, fez canto e, no teatro, chegou a participar de uma montagem de “Eles não usam black-tie” — decide fincar os dois pés na área da saúde e na luta política como militante do PCB. “Tive um certo namoro com a luta armada”, revela à reportagem de *Radis*, durante uma tarde entre lembranças do período em seu apartamento no Rio de Janeiro. No fim das contas falou mais alto a vocação para a saúde. “Em Campinas, montamos uma rede de médicos solidários para prestar assistência aos militantes que sobreviviam à tortura. Em minha casa, ficou muita gente ferida e machucada pelo regime. Vi muitos serem presos, torturados, exilados”. No início dos anos 70, junto com outros professores ativistas, foi obrigada a deixar a Universidade de Campinas. Ela precisou sair de casa no meio da noite, com o filho, às pressas, avisada por companheiros do partido de que estava prestes a ser presa.

“A IMAGINAÇÃO NO PODER”

Roma, maio de 1968. Naquele ano, o psiquiatra italiano Ernesto Venturini, referência na luta antimanicomial, tinha 26 anos e era recém-graduado pela Università Cattolica de Roma. Como muitos jovens de sua idade, ele também foi às ruas influenciado tanto pelas barricadas da França como também por um espírito contestador que se alastrava por outros países do globo. “Pode-se dizer que a Reforma da Saúde Mental que aconteceu na Itália dez anos depois com o fechamento de todos os hospitais psiquiátricos é exatamente a realização daquela utopia que estava presente em 68, não apenas na França”, explica o médico. Recentemente, ele esteve no Brasil participando de eventos comemorativos aos 40 anos da Lei 180, aprovada na Itália em 13 de maio de 1978, que determinou a extinção dos manicômios e a substituição do modelo psiquiátrico por outras modalidades de cuidado e assistência.

À *Radis*, Venturini diz que as pessoas estavam claramente encantadas pela possibilidade de transformar a realidade, com toda a dimensão ética e política que isso carregava. “Havia uma revolução nas ruas e, apesar de a gente já vir iniciando um movimento por uma psiquiatria democrática, ainda separávamos essa militância da ciência propriamente dita”. O psiquiatra explica que ele próprio

ainda acreditava nos critérios da psiquiatria e em alguns medicamentos. “Ao mesmo tempo em que tínhamos que lidar com as nossas próprias contradições, íamos para as ruas, ocupávamos a faculdade de medicina, tínhamos a possibilidade de falar publicamente e de denunciar alguns abusos psiquiátricos que já identificávamos. Isso era revolucionário.”

Foi em 1968, durante um encontro casual em um jantar na casa de amigos em comum, que ele conheceu Franco Basaglia, passando a se tornar colaborador do italiano que fundou o Movimento da Psiquiatria Democrática e esteve à frente das experiências de Gorizia e Trieste, modelos que transformaram de uma vez por todas as estratégias para lidar com o sofrimento em saúde mental [ver mais sobre sobre o assunto na sessão Pós-Tudo desta edição, na página 35]. Apesar de recém-casado e com uma filha para criar, Venturini tomou a decisão de que nunca se arrepende: deixou o trabalho nas clínicas privadas em que ainda lidava com a psicologia tradicional e práticas como o uso de eletrochoque e de psicofármacos e partiu para a experiência definitiva no Hospital de Gorizia.

Venturini diz que ler “A instituição Negada”, de Basaglia, e participar de experiências como aquela era como ver se materializando alguns slogans que tomavam as ruas de Paris. “As pessoas foram para Gorizia para defender e exercer essa militância prática. Era como um lugar de fronteira, onde os direitos e a utopia estavam presentes”, acredita. “O que a experiência Basagliana mostrava era que uma disciplina psiquiátrica envolve todo um pensamento a respeito do sujeito, da democracia, da ciência como um pensamento crítico. Era como ver a ‘imaginação no poder’”.

“CORRAM CAMARADAS. O VELHO MUNDO ESTÁ ATRÁS DE VOCÊS”

Maio de 2018. *Radis* perguntou aos três entrevistados desta reportagem se é possível traçar algum paralelo entre o que acontece no Brasil hoje, com o avanço de uma agenda conservadora, e o contexto de 68. Para Daniel Aarão Reis, naquele ano, a ditadura brasileira pareceu balançar e no fim do ano, surgiu ainda mais forte reafirmando-se com o AI-5. “Hoje em dia, é a democracia que parece balançar. Apesar de suas lacunas e falhas, ela precisa ser fortalecida e não destruída”, diz. “Há várias ameaças no horizonte imediato. A principal, certamente, é a descrença das gentes no sistema político que apodrece a céu aberto. Urge reformá-lo”.

O pesquisador diz que é preciso construir uma ampla frente política que afirme o compromisso com a democracia e cita ainda a ascensão do crime organizado como uma outra ameaça aos valores democráticos. “Essa barbárie tensiona os grandes centros urbanos, evidenciando o estado falimentar de nossas polícias e o crescimento das milícias e do crime organizado em suas diferentes expressões”. Daniel considera “inadiável” lidar com estas ameaças, formulando-se propostas concretas para superar a situação “quase caótica que existe hoje”.

Ana Maria Tambellini assusta-se com as semelhanças que a cada dia ela percebe entre o momento atual e o passado político brasileiro e com a perda de direitos sociais no horizonte. Na melhor tradição dos movimentos de 1968, ela acredita que conseguir lutar para defender uma democracia que ainda vinha se firmando é o que

existe de mais revolucionário no Brasil hoje. Para o italiano Ernesto Venturini, o mundo vive uma escalada fascista e o Brasil, em particular, um momento de muitas incertezas. Mas ele evoca o espírito de 68 e o exemplo do fechamento dos hospitais psiquiátricos na Itália para ressaltar que o “impossível é possível”. “O testemunho dessa nossa experiência permanece mais importante ainda em momentos de grandes discordâncias como o que se vive hoje”. É como no aforismo de Antonio Gramsci, que Venturini usa para fechar a entrevista: “O pessimismo da razão e o otimismo da vontade”, algo que está a meio caminho entre o pensamento crítico e o desejo de alcançar um ideal que faz com que as pessoas façam algo para transformar a realidade. 



QUE
CONTR

INVESTI

CONCENTRAÇÃO DOS MEIO

POUCOS DONOS CONTRA

E PREJUDICA A PLURALIDA

Luiz Felipe Stevanim

No horário nobre da TV, o anúncio é sobre pecuária: “Boi é agro. O rebanho brasileiro é de 215 milhões de cabeças, é mais gado do que a soma de toda a população do país”. O vídeo de cerca de 1 minuto mostra imagens de fazendas de gado e encerra-se com o slogan da campanha publicitária lançada pela TV Globo em 2016: “Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo”. Ao final, surgem os patrocinadores: um carro modelo “pick-up” (Ford Ranger) e uma marca de frios e carnes (Seara), do grupo JBS, envolvida em uma investigação da Polícia

Federal, em 2017, sobre corrupção e adulteração de produtos (“Operação Carne Fraca”). O “agro” — forma como o agronegócio é referido na publicidade — não está presente apenas no anúncio “pop” da TV, mas é também uma das áreas de negócios dos donos dos meios de comunicação: a própria família Marinho, proprietária do Grupo Globo, possui três fazendas de produção agropecuária.

Essas informações sobre quem controla a mídia e até onde vão os interesses econômicos, políticos e religiosos na comunicação foram reunidas pela pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (Media Ownership Monitor — MOM/Brasil), publicada pelo coletivo Intervenções

EM
COLA
A

DIA?

S DE COMUNICAÇÃO EM
RIA A CONSTITUIÇÃO
ADE E A DEMOCRACIA

e pela organização Repórteres Sem Fronteiras. O levantamento, já realizado em 12 países, revela interesses dos donos dos meios de comunicação brasileiros em atividades de outros setores econômicos, como saúde, educação, agropecuária, infraestrutura, transportes e mercados financeiro e imobiliário. Ao mapear os 50 veículos ou redes de comunicação de maior audiência no país, tanto na mídia impressa, rádio, TV e on-line, o projeto constatou que a concentração da mídia em poucos donos é um indicador de alto risco à pluralidade: os 50 maiores meios de comunicação pertencem a 26 grupos, e metade são de propriedade de apenas cinco grandes grupos (Globo, Bandeirantes,

Record, Folha e o grupo regional RBS).

Tal realidade contraria a Constituição brasileira, que determina que os meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio (artigo 220). Para André Pasti, geógrafo, integrante do Intervozes e coordenador da pesquisa, o projeto revelou a continuidade da intensa concentração que marca o setor de mídia no Brasil e que é uma grave ameaça à democracia. "Ficou visível a força de grupos empresariais de mídia que possuem negócios em diversos setores, como mercado financeiro, imobiliário, agronegócio e saúde. Essa concentração é muito danosa à necessária pluralidade e diversidade de visões, culturas e ideias que deveriam

estar em circulação na sociedade”, afirma à *Radis*. Com os resultados, a pesquisa também definiu 10 indicadores de ameaça à pluralidade na mídia — e no caso brasileiro, oito deles tiveram risco identificado como alto quanto ao potencial de prejudicar a liberdade de expressão, em questões que envolvem, por exemplo, transparência, controle da mídia por políticos e proteções legais contra a concentração. “Os indicadores apontaram para o pior cenário de riscos à pluralidade entre os 11 países que já participaram da pesquisa”, constata.

“A mídia não é como outro setor econômico qualquer, pois tem um papel importante na produção dos sentidos, na cultura, na difusão de ideias com consequências políticas e culturais de grande relevância social”, ressalta André. Ele cita o exemplo da campanha pró-agronegócio da TV Globo que revela o uso de uma concessão pública de TV para defender interesses empresariais. “Podemos confiar que grupos de mídia que investem no agronegócio farão uma boa cobertura sobre seus impactos à saúde? Darão voz às críticas?”, questiona. Segundo ele, o mesmo acontece com donos de mídia que possuem negócios privados de saúde: entre os exemplos, estão a Igreja Adventista do Sétimo Dia, dona da rede Novo Tempo (rádio, TV e revistas) e de clínicas, hospitais e planos de saúde; e o Grupo Hapvida, proprietário do Sistema Opinião de Comunicação. “Podemos confiar em um debate plural e responsável sobre o SUS nesses meios?”, completa.

POR TRÁS DA MÍDIA

Ao mostrar quem são os donos dos maiores veículos de mídia, o projeto busca trazer mais transparência ao mercado de comunicação no Brasil, como explica Artur Romeu, integrante da organização Repórteres Sem Fronteiras, responsável pelo levantamento nos 12 países. Para ele, a concentração excessiva da propriedade da mídia é um dos maiores problemas para a liberdade de imprensa no país. “O sistema de mídia no Brasil se constituiu historicamente como instrumento de manutenção da estrutura arcaica de poder, que é classista, racista e patriarcal”, avaliou, durante debate de lançamento do projeto no Rio de Janeiro (1/3). Artur também lembrou que a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, adotada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2000, determina que os Estados devem criar leis de combate aos monopólios e oligopólios na mídia. “Não basta os Estados simplesmente se absterem de interferir na livre circulação de informações e ideias. Eles devem garantir que esse espaço de livre circulação exista, criando por exemplo leis antimonopólio que possam regular a propriedade da mídia”, ressalta.

A pesquisa também identificou a presença de políticos donos de mídia (o que contraria a Constituição) e a crescente participação de religiosos e Igrejas cristãs (católicas e evangélicas) nos meios de comunicação. “Por mais que a Constituição proíba a existência de monopólio

e oligopólio, na prática são poucos os grupos que controlam não só os veículos de maior audiência, mas todo o sistema de mídia. Além disso, existe também alto risco de controle político”, apontou Olívia Bandeira, antropóloga e integrante do Intervezes, durante o lançamento (1/3). Segundo a pesquisadora, outro dado relevante é que boa parte dos grandes grupos de mídia pertencem a famílias que transmitem seus negócios para as gerações seguintes: é o caso dos Marinho (Globo), Saad (Bandeirantes), Frias (Folha) e Civita (Abril). “Os interesses dos grupos impedem o embate de opiniões e a existência de valores e visões de mundo diferentes. A mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos”, conclui o relatório da pesquisa.

"A MÍDIA BRASILEIRA DE MAIOR AUDIÊNCIA É CONTROLADA, DIRIGIDA E EDITADA, EM SUA MAIOR PARTE, POR UMA ELITE ECONÔMICA FORMADA POR HOMENS BRANCOS"

Além de estar nas mãos de poucos donos, outra característica é a concentração geográfica, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para André Pasti, esse predomínio prejudica a expressão das culturas regionais. “Os dados são graves: 73% das sedes dos grupos de mídia estudados no MOM/Brasil ficam na região metropolitana de São Paulo”, afirma. Na visão do geógrafo, essa centralização de comando em poucos lugares traz graves consequências à diversidade e à pluralidade. “As decisões editoriais, as prioridades de pauta e as representações do cotidiano presentes na mídia são majoritariamente marcadas pela concentração em São Paulo e no Rio de Janeiro”, destaca.

Para André, falta transparência sobre quem controla a mídia, o que acarreta dificuldades para o público reconhecer as motivações presentes nas notícias. “Temos um grande desconhecimento dos interesses por trás dos meios de comunicação associado a uma confiança ingênua na mídia, permitindo uma atuação irresponsável em temas de grande importância nacional”, aponta à *Radis*. Segundo ele, as mudanças nas obrigações dos concessionários de rádio e TV, feitas pelo governo Temer, dificultaram ainda mais o controle da sociedade sobre quem são os donos dos meios de comunicação. “É fundamental ter um marco regulatório que promova a diversidade e a pluralidade na mídia e combata a concentração no setor, associado a políticas públicas alinhadas com essa perspectiva”, completa André, citando iniciativas como a promoção de mídias regionais e o fortalecimento da comunicação pública (*Radis* 131, 154 e 170).

RELIGIÃO E POLÍTICA

A mistura entre política, religião e mídia pode gerar um contexto de prejuízo à diversidade religiosa existente no Brasil. “A concentração da mídia em poucos donos leva a pensar que existe uma uniformidade de narrativas”, avalia Christina Vital, antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Dos 50 maiores veículos de comunicação identificados na pesquisa, nove pertencem a lideranças religiosas, todas cristãs — cinco deles ligados ao bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O Grupo Record, pertencente ao religioso desde 1989, mantém hoje a TV Record, a RecordNews (TV paga), o Portal R7 (internet) e o jornal Correio do Povo, além de outros veículos menores; os bispos da Igreja também possuem emissoras de rádio que formam a Rede Aleluia. “Se há uma concentração em termos de mercado, há uma superconcentração quanto às denominações religiosas. A gente está falando de nove redes, mas são quase 1.500 denominações evangélicas existentes no Brasil, segundo o IBGE. Isso tem a ver com diferentes estratégias e possibilidades de manutenção dessas TVs”, analisou a pesquisadora durante o lançamento do projeto.

Christina destaca que o aumento do número de religiosos donos de mídia também foi acompanhado pela presença crescente dessas lideranças na política. Entre as eleições de 2010 e 2014, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) — com forte presença de evangélicos neopentecostais — mais do que dobrou sua bancada no Congresso Nacional. Em contrapartida, a pesquisadora aponta que, em 2009, a TV aberta possuía 189 horas de programação religiosa, a maior parte evangélica, o que equivalia a cerca de 10% da programação semanal. “A partir de 2013, a programação religiosa passa a ser de 25%, com 235 horas, sendo 228 evangélicas. Isso representou a ampliação de programas confessionais na TV aberta”, constata. Dados levantados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), em 2016, revelam que os programas religiosos são o gênero que mais ocupa tempo na grade de programação das TVs — a emissora campeã é a Rede TV!, que tem mais de 43% de seu tempo destinado a programas religiosos, principalmente por meio de arrendamento do horário, prática proibida por lei.

Na visão de Christina, esses segmentos religiosos usam a mídia para garantir espaços de poder na política e influenciar o comportamento da sociedade. “Há também a mistura de interesses religiosos e econômicos: são pessoas que estão disputando concessões de rádio e TV pois têm interesses institucionais, ligados a uma visão patrimonialista da política brasileira. Alguns segmentos evangélicos utilizam-se do universo político para se fortalecerem como religião”, pontua. Segundo ela, essa atuação faz com que crenças e valores de determinada religião interfiram nas políticas públicas. Esses religiosos também “vendem” o que ela chama de “retórica do medo e da perda”, utilizada para estimular o pânico social e obter adesões a projetos políticos que excluem direitos da população e reforçam preconceitos. “Toda situação social que experimenta

períodos de transformação gera uma agenda do medo. E esses medos ganham relevância e se tornam instrumentos de alguns para manipular grupos sociais inteiros em torno de seus interesses”, aponta.

AMEAÇAS À LIBERDADE

“O momento que vivemos no Brasil passa pelo atentado à liberdade de imprensa”, afirmou o jornalista Alceu Castilho, fundador e responsável pelo site “De olho nos ruralistas”, durante o lançamento da pesquisa. Segundo ele, essas ameaças à liberdade não são uma novidade no Brasil, mas o contexto atual gerou um agravamento que desperta um sinal de alerta. “A gente vive um golpe recheado de opressões históricas por todos os lados. Mas não podemos esquecer que existem 500 anos de história com outros golpes, repletos de violações de direitos e de outros atentados, inclusive à liberdade de imprensa”, destacou. A partir dos dados da pesquisa, Alceu enfatizou que os interesses dos grandes veículos de comunicação estão ligados ao capital financeiro que avança sobre os territórios dos povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e camponeses.

“Os meios de comunicação têm esse poder inclusive de prejudicar determinadas tradições e estão contra os protagonistas que disputam o território para outro tipo de modelo, que não é o do agronegócio, da mineração, da destruição de biomas e de modos tradicionais de vida dessas populações”, considerou. Alceu ressaltou ainda o papel da Frente Parlamentar da Agropecuária, que possui mais de 200 parlamentares no Congresso — e lembrou que mais da metade desses políticos votaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e contra a investigação de Michel Temer em 2017. “A gente não está falando de qualquer bancada, e sim de um grupo que decide sobre questões importantes, como licenciamento ambiental e direitos indígenas e quilombolas”, avaliou.

De acordo com André Pasti, a regulação da mídia é comum em outros países, mas enfrenta barreiras no Brasil. “Países como Inglaterra e França possuem órgãos regulatórios com proteção aos direitos humanos, contra violações de direitos pela mídia e acompanhamento de desequilíbrios na cobertura política”, explica. Para ele, as conclusões da pesquisa apontam para a necessidade de uma lei que proteja a pluralidade e impeça a monopolização. “A dificuldade desse debate por políticas democráticas de comunicação é que ele é interdito pelos próprios meios de comunicação de grande alcance, o que impede que as propostas cheguem à população em geral”, afirma. Segundo ele, cabe aos movimentos sociais o desafio de formular propostas e inventar espaços para uma comunicação mais plural. 

SAIBA MAIS

Projeto “Monitoramento da Propriedade da Mídia”

<http://brazil.mom-rsf.org/br/>

“Quem controla a notícia no Brasil?” (Olívia Bandeira e André Pasti): goo.gl/8tV7BN

NOVA ROUPAGEM, VELHOS INTERESSES

Proposta do setor empresarial sobre “Novo Sistema Nacional de Saúde” revela interesses empresariais de desmonte da saúde pública

Luiz Felipe Stevanim

O gesto foi considerado uma “ousadia” pelo próprio segmento empresarial que organizou o encontro, reunindo empresários e políticos para propor “um Novo Sistema Nacional de Saúde”. Promovido por uma associação ainda novata — a Federação Brasileira de Planos de Saúde (Febraplan) —, que agrega empresas de planos de saúde de médio porte, o 1º Fórum Brasil “Agenda Saúde” ganhou repercussão entre entidades do movimento sanitário por conta do objetivo de sua programação, divulgado nas redes sociais: debater com “agentes políticos” (senadores e deputados federais) e órgãos do governo “os gargalos e conflitos” do SUS e propor um “novo sistema”. Porém, o encontro, que aconteceu em Brasília, em 10 de abril, não contou com a participação do governo — apenas o ex-ministro da Saúde de Collor (1990-1992), Alcenir Guerra, participou como um dos palestrantes.

Três dias depois (13/4), outro evento promovido pelo setor empresarial voltou a discutir “cenários e perspectivas econômicas” da saúde — esse sim com a presença de integrantes do governo. O almoço-debate ocorrido em São Paulo foi uma iniciativa do Instituto Coalizão Saúde (ICOS), que reúne representantes de hospitais privados, administradoras de seguros e planos de saúde, como a Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) e a Associação Nacional das Administradoras de Benefícios (Anab). O presidente da entidade é Claudio Lottenberg, que está à frente do Hospital Albert Einstein (privado). Entre os nomes presentes no encontro, estavam Leandro Fonseca e Jarbas Barbosa, presidentes das duas agências reguladoras ligadas ao Ministério da Saúde — a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), respectivamente —, e Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central.

Os dois encontros, ocorridos em um intervalo de três dias por iniciativa de entidades diferentes, revelam pautas e estratégias do setor empresarial da saúde e fazem parte de uma tendência mais ampla de avanço dos interesses privados sobre o setor. Em nota (9/4), o núcleo do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) do Distrito Federal repudiou a proposta da Febraplan de construir um sistema em substituição ao SUS, a partir dos planos de saúde, como ocorre nos Estados Unidos, o que “prejudica os mais pobres, que passam a morrer por não terem dinheiro para tratamento”. De acordo com o texto, esse modelo, além de mais caro, é também menos eficiente. “Ao invés

de construir um novo sistema de saúde, o que precisamos é fazer cumprir o que está previsto no SUS, financiando adequadamente o sistema, e impedindo que os planos de saúde se apropriem indevidamente desses recursos”, afirma a nota.

Na visão de Rafael da Silva Barbosa, economista e doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), propostas como essa de um “Novo Sistema de Saúde” não preveem o fim do SUS, mas um novo desenho que favoreça os interesses privados e não o direito à saúde da população. Segundo ele, o interesse do empresariado do setor aponta para a captura de recursos públicos para um sistema altamente seletivo e concentrado. “Eles não querem necessariamente eliminar o SUS. Querem na verdade utilizar o SUS como mecanismo de transferência de recursos públicos”, declarou à *Radis*. Para Rafael, a estratégia das associações empresariais que atuam na saúde é semelhante ao que acontece com a previdência e nas privatizações: deixar os serviços mais caros a cargo do setor público, enquanto o setor privado fica com o “filé mignon”. “Políticas de prevenção e vacinação que não interessam ao setor privado são jogadas como ônus para o setor público. O setor privado só fica com a parte rentável”, analisa.

SUS SABOTADO

“A saúde é muito séria para ser deixada por conta do mercado”, afirma Rafael, ao avaliar que a proposta de um “novo” sistema de saúde, com foco nos serviços privados, não é novidade — já aconteceu no Brasil e não funcionou. “Essa tentativa de mercantilização da saúde já foi feita durante 21 anos do regime militar e não deu certo. [Na época] foi tentado um tipo de universalismo básico, em que a prestação do serviço público era feita via compras ao mercado. O resultado disso foram altos gastos com baixa resolutividade”, explica o pesquisador, ao enfatizar que o modelo de saúde anterior ao SUS tinha uma marca: gastava muito e fazia pouco. Ele rechaça o mito de que a saúde pública é menos eficiente que a privada. “Normalmente é o SUS que desafoga o setor privado, porque este é beneficiado por renúncia fiscal de pessoa jurídica e física, por desonerações de produtos médicos hospitalares e pelo ressarcimento”, pontua.

Em artigo publicado pelo *Brasil Debate* (12/4), Rafael afirma que o 1º Fórum Brasil, promovido pela Febraplan, nada mais é do que o desdobramento do lobby do setor privado que desde



2014 “faz enormes investidas contra o Estado para se apropriar dos recursos públicos”. Ele também critica o documento publicado pelo ICOS — Coalizão “Saúde Brasil” com dados descontextualizados que estimulam cortes de investimentos públicos na saúde. “Países que têm maior participação pública na prestação da saúde são mais efetivos do que aqueles que têm participação privada”, compara. Para o pesquisador, a visão do empresariado que exalta o modelo norte-americano — onde a saúde é privada — é um equívoco. “No Brasil, que tem uma realidade extremamente desigual, as pessoas não têm condições de pagar pelos serviços de saúde. 75% da população atendida pelo SUS não consegue pagar um plano”, completa.

Para o economista, o SUS sofre sabotagens constantes, tanto do ponto de vista institucional, quanto político e econômico. Ele cita a atuação da bancada que defende os interesses de planos e hospitais privados no Congresso Nacional e o relatório do Banco Mundial encomendado pelo próprio governo para embasar medidas de cortes nos gastos públicos (*Radis* 185). “O SUS não vai acabar, mas vai se perpetuar de forma precária e vão existir grandes contradições dentro dele”, aponta. Segundo ele, o lobby do empresariado da saúde é sistêmico e vem de longa data — a construção do SUS, que completa 30 anos em 2018, com o aniversário da Constituição de 1988, é um “respiro” na apropriação dos recursos por interesses privados. “O peso dos planos de saúde é cada vez maior no orçamento das famílias. Ele está chegando próximo ao gasto com alimentação e educação. Em breve vai chegar em um ponto que se tornará insustentável”, analisa.

“Os ricos utilizam bastante os recursos do SUS, mas antes de entrarem no caixa, por meio de desoneração e ressarcimento. Existe toda uma estrutura que beneficia o parasitismo do setor privado em relação ao SUS”, acrescenta. Na avaliação do economista, o debate proposto pela Febraplan e o documento da Coalizão Saúde Brasil são medidas propiciadas pelo contexto atual vivido pelo país, que desfavorece os serviços públicos. “O golpe [de 2016] abriu as portas para esse tipo de atropelamento”, constata. Ele alerta para os debates envolvendo a saúde que devem acontecer nas eleições de 2018. “Grande parte dos candidatos vai dizer que não tem dinheiro no caixa e propor parcerias público-privadas. Mas o privado só entra se tiver dinheiro público envolvido”, ressalta. Segundo ele, as políticas de saúde não devem ser encaradas como gastos e sim como investimentos, pois geram retorno econômico e social para a riqueza e a renda dos países.

REPERCUSSÃO NEGATIVA

Conhecer e discutir os interesses e as articulações dos agentes privados é “tarefa urgente e necessária para aqueles que defendem o direito à saúde e a universalidade”, afirma Leonardo Mattos, pesquisador do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento na Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em texto divulgado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), com colaboração de José Sestelo, Lígia Bahia, Mário Scheffer e outros estudiosos. No entanto, ele acrescenta que “a mera realização de um evento pró-mercado não poder ser tomada como balizadora de forças ou como sinal definitivo dos tempos”. Segundo o texto, é natural e legítimo que as entidades empresariais discutam suas visões e propostas para o sistema de saúde. O problema está em como essas discussões definem quem “dá as cartas”. “Hoje quem define rumo e prumo de políticas estruturantes para a saúde é o setor privado, ao contrário do que ocorria nos anos 1980”, analisam os pesquisadores.

De acordo com José Sestelo, vice-presidente da Abrasco, em entrevista ao Portal da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), em 13/4, a Febraplan — associação recente, cujo presidente é dono de uma empresa de planos de saúde de médio porte com sede em Joinville (SC) — traz à tona uma pauta empresarial que vem sendo veiculada publicamente há vários anos. “Existe uma estratégia retórica de se utilizar esse termo — Sistema Nacional de Saúde — não diria que em oposição ao SUS, mas quase como uma ressignificação para o que a gente chama de SUS”, analisa. Segundo ele, o objetivo é transformar o SUS em uma espécie de “resseguro”, em que tudo o que não for comercialmente interessante para os empresários teria algum tipo de cobertura financiada pelo orçamento público, como as condições crônicas, terapias renais e outros tratamentos prolongados. Uma nova roupagem para velhos interesses. 

SAIBA MAIS

A saúde do atraso: uma alternativa ao SUS autoritária e seletiva (Rafael da Silva Barbosa): goo.gl/XQK17J

Febraplan e a disputa real pelo Sistema de Saúde Universal (Leonardo Mattos e outros): goo.gl/PmqPQB

A ponta do iceberg (Maira Mathias): goo.gl/A1QDbh

PUBLICAÇÕES

Indígenas



Resultado dos debates organizados pela Cátedra José Bonifácio em 2017, sob coordenação da socióloga, diplomata e política mexicana Beatriz Paredes, o livro *O mundo indígena na América Latina – Olhares e perspectivas* (Edusp) reúne análises sobre os povos indígenas da região, escritas por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação da USP e de outras instituições latino-americanas. A obra traz ainda a íntegra de documentos históricos, análise sobre

alegorias dos indígenas presentes no cinema, a cosmóvisão indígena e sua relação com a oralidade e a escrita e um estudo sobre a vida do indígena no contexto urbano.

Extratativismo e violência



A partir do contexto de guerra por recursos e retrocessos nos sistemas de regulação ambiental e nas normas que visam assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas, o livro *Mineração, violências e resistências – Um campo aberto à produção de conhecimentos no Brasil* (Editora Iguana/ABA), organizado por Andréa Zhouri, parte da ideia de que a desregulação socioambiental está ligada a variadas formas de violência e à despolitização e criminalização de atingidos, movimentos e grupos

engajados na resistência à mineração, além de pesquisadores críticos — um processo de “violência das afetações” colocado em prática pelo neoxtratativismo. Acesse em <https://goo.gl/Nk7fbq>.

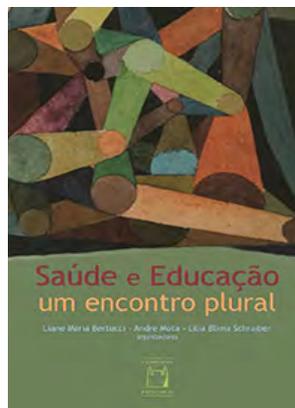
Agrotóxicos e UE



Resultado dos últimos anos de pesquisa sobre o assunto em dois pós-doutorados, *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia* (FFLCH – USP), da pesquisadora Larissa Mies Bombardi, traça um retrato do uso destas substâncias no país. Por meio de mapas, permite perceber os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana (contaminação ambiental, intoxicações, tentativas de suicídio e má formação congênita, entre outros). Também aborda os conflitos vividos pelas populações do campo e demonstra a força do mercado de laboratórios

produtores, que se infiltram no prato de comida dos brasileiros. Para baixar gratuitamente: <https://goo.gl/KQKLEt>

Educação e saúde



Uma coletânea que traz visões renovadas do trabalho de historiadores dos dois campos, *Saúde e educação – um encontro plural* (Editora Fiocruz), organizado por Liane Maria Bertucci, André Mota e Lívia Blima Schraiber, trata de dois temas relevantes: as diversas dimensões da formação dos profissionais da saúde e o papel indutor da educação sanitária na instrução escolar informal e para a população em geral. Um resumo de

estudos e casos analisados com sólida base documental, conhecimento da literatura e interpretação originais e sugestivas, como indica, na apresentação do livro, o pesquisador Marcos Cueto (COC/Fiocruz).

EVENTOS

8º Congresso Ibero-Americano de Pesquisa Qualitativa em Saúde

O tema geral do evento é “Nos caminhos da pesquisa qualitativa em saúde: fortalecimento da identidade e colaboração ibero-americana”, que será trabalhado a partir de três eixos: promover a colaboração e fortalecer a identidade ibero-americana na pesquisa qualitativa em saúde, ao mesmo tempo em que se dissemina experiências inovadoras. A data limite para o envio de trabalhos acadêmicos é 30 de maio.

Data 4 a 7 de setembro

Local Florianópolis, SC

Info www.ciics2018.com/

54º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical

O Medtrop 2018 abrigará a 33ª Reunião Anual de Pesquisa Aplicada em Doença de Chagas e a 21ª Reunião Anual de Pesquisa Aplicada em Leishmanioses, conhecidas como ChagasLeish, além da 15ª Reunião Nacional de Pesquisa em Malária, o Workshop da Rede TB e o 7º Workshop de Genética e Biologia Molecular de Insetos Vetores de Doenças Tropicais. O prazo para submissão de trabalhos é 29 de junho.

Data 2 a 5 de setembro

Local Recife, PE

Info <http://medtrop2018.com.br>

A LIBERDADE É TERAPÊUTICA

Marco Cavallo, a lei 180 e outras histórias para a reforma psiquiátrica

Paulo Amarante*

Dentre os livros empunhados pelos estudantes em 68 estava "A instituição negada", de Franco Basaglia. Muito além do questionamento e da denúncia da psiquiatria e suas instituições como práticas de violência e controle social, as reflexões se estendem a outras instituições disciplinares, como a fábrica, a universidade, a escola.

"A instituição negada" é uma contundente crítica ao próprio processo de transformações liderado por Basaglia e equipe no Hospital Psiquiátrico de Gorizia, ao norte da Itália, e que culminou com a tomada de consciência da impossibilidade de humanizar ou introduzir novas tecnologias de cuidado no hospital psiquiátrico. A conclusão é clara: a função primordial do hospital psiquiátrico não é a terapêutica, mas a segregação, a violência e a exclusão. Suas referências culturais vão ser encontradas em Erving Goffman, Michel Foucault, Jean-Paul Sartre, Antonin Artaud, Edmund Husserl, dentre outros. O processo de desconstrução do modelo psiquiátrico institucional se torna o objetivo maior, na medida em que se considera que o mesmo é um dispositivo de mortificação e não de cura ou emancipação.

Basaglia afirmava estar certo da premência de superar a realidade manicomial, insistindo que a negação de um sistema é a resultante de um questionamento, de uma desestruturação do campo de ação no qual se age. Ao mesmo tempo, assumia de forma ética e corajosa não saber qual o próximo passo. Viver dialeticamente as contradições do real, observava ele.

Com o fechamento do hospital de Gorizia, Basaglia passou a desenvolver o mesmo processo em Trieste, mas com uma inovação: a construção de uma rede de dispositivos "fortes" — como ele próprio denominava — e que nós passamos a denominar de substitutivos. Uma rede não apenas de serviços de atenção psicossocial, como os CAPS ou os centros de convivência, mas também de outros dispositivos de suporte social, tais como residências assistidas, oficinas de geração de renda, projetos de inclusão e participação social, cooperativas de trabalho, grupos de arte e cultura, de esporte, de participação comunitária e muitos outros.

Desta forma, já em 1973 teve início o processo efetivo de substituição das unidades de internação pela rede de dispositivos clínico-políticos e sociais, e a partir de uma mobilização dos próprios usuários foi construído um cavalo de papel marchê, o Marco Cavallo, que simbolizou o retorno dos sujeitos antes excluídos ao espaço urbano. Assim como um Cavalo de Tróia, Marco Cavallo acompanhou os loucos que saíram do manicômio até a praça mais importante da cidade. Vem daí também o lema A liberdade é terapêutica.

Naquele mesmo ano seria criado o movimento Psiquiatria Democrática Italiana, sob a inspiração de Basaglia, e que seria fundamental para a disseminação dos seus princípios no território

italiano e posteriormente europeu. Com a proliferação de experiências de transformação institucional em várias capitais e grandes cidades italianas, desencadeou-se o processo que resultou na promulgação da Lei 180, a lei nacional de reforma psiquiátrica, aprovada em 13 de maio de 1978, e que ficou conhecida como Lei Basaglia. Pela primeira vez na história um Estado definia que as instituições psiquiátricas são espaços de violência e exclusão e não de tratamento, e prescrevia a sua extinção em todo o território nacional, substituindo-as por espaços regionalizados de cuidado verdadeiro e inclusão social (residências, centros de saúde mental com atenção a situações de crise, oficinas de trabalho, projetos sociais e culturais e assim por diante).

A feliz coincidência da história fez com que Basaglia viesse pela primeira vez ao Brasil naquele 1978, quando aqui se organizava o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental — que posteriormente se transformaria no Movimento da Luta Antimanicomial. Com Basaglia estabeleceu-se uma simpatia e um compromisso de trabalho que originou outras viagens dele ao Brasil e de muitos brasileiros à Itália. A Lei 180 foi tão importante para nós, que aqui foi instituído o Dia Nacional da Luta Antimanicomial (18 de maio) — que posteriormente ampliou-se até a instituição de maio no Mês da Luta Antimanicomial, palco de várias manifestações políticas, científicas e culturais por todo o país.

Com a Lei 10.216, de 2001, a reforma brasileira contribuiu para estimular que outros países da América do Sul promulgassem leis de reforma psiquiátrica (Argentina e Uruguai), e foi avaliada por OMS, Opas e por muitos pesquisadores internacionais como uma das mais exitosas em todo o mundo. Cerca de 60 mil leitos manicomiais deram lugar a mais de 2.200 CAPS, e a uma quantidade expressiva de outros recursos e dispositivos, tais como residências assistidas (aqui denominadas de Serviços Residenciais Terapêuticos), centros de convivência, e muitas outras expressões no nível da atenção básica e saúde da família, consultórios na rua, mais de mil projetos culturais e número semelhante de projetos de economia solidária.

Passados 50 anos de "A instituição negada" e 40 anos da lei 180, marcos internacionais da luta pelos direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico, e passados 17 anos de nossa lei, o Brasil teria muito a comemorar e a ser comemorado não fosse o desmantelamento progressivo e violento de todas as possibilidades que, embora insuficientes, estavam sendo abertas com resultados tão importantes. É hora de resistir na defesa da reforma psiquiátrica que nos ensinou Franco Basaglia!

**Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS/Ensp/Fiocruz) e um dos pioneiros do movimento brasileiro de reforma psiquiátrica.*



Seleção pública para produção audiovisual

Selo Fiocruz Vídeo

**Inscrições
abertas**

Documentários
e animações

Edital em:
www.fiocruz.br/videosaude
www.fiotec.fiocruz.br